

# CENTRO DE PORTUGAL

Boletim trimestral **32**

*Informação reportada ao  
terceiro trimestre de 2016*



# ÍNDICE

- 4** Enquadramento Nacional
- 6** Mercado de Trabalho
- 10** Desemprego Registado
- 11** Empresas
- 12** Comércio Internacional de Bens
- 13** Turismo
- 14** Construção e Habitação
- 16** Preços e Consumo Privado
- 18** Políticas Públicas no Centro

Nota: A configuração territorial da Região Centro é a definida na lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e no regulamento (UE) n.º 868/2014 da Comissão, de 8 de agosto de 2014.



# 32

Boletim trimestral

*Informação reportada ao  
terceiro trimestre de 2016*

## FICHA TÉCNICA

Editor  
Comissão de Coordenação e  
Desenvolvimento Regional do Centro

Responsável Técnico  
Direção de Serviços de  
Desenvolvimento Regional

Data de Edição  
Dezembro de 2016

ISSN  
2182-6579

boletimtrimestral@ccdrc.pt  
www.ccdrc.pt

Alguns dados de informação conjuntural encontra-se  
também em <http://datacentro.ccdrc.pt>



**DATA CENTRO**  
INFORMAÇÃO PARA A REGIÃO

**CENTRO**  
de PORTUGAL

O Produto Interno Bruto registou um acréscimo de 1,6% em volume no terceiro trimestre do ano. Este crescimento foi superior ao do trimestre anterior, resultado de uma aceleração tanto da procura interna como da procura externa. As exportações de bens e serviços cresceram 5,4% e as importações 3,5%. Simultaneamente, a taxa de desemprego nacional foi a mais baixa dos últimos anos, fixando-se em 10,5% e o nível de preços cresceu 0,7%. No entanto, a confiança dos consumidores diminuiu e a confiança dos empresários continuou positiva mas inferior à do trimestre homólogo.

Relativamente ao mercado de trabalho regional, no terceiro trimestre de 2016, verificou-se um ligeiro aumento da população empregada e uma diminuição das taxas de desemprego e de atividade, quando comparadas com igual período do ano anterior. A taxa de desemprego regional foi de 8,0%, o que corresponde a 92,4 mil desempregados, e a taxa de emprego da região foi de 54,4% resultado de uma população empregada de 1.068,3 indivíduos. Já os custos com o trabalho e o salário médio líquido mensal dos trabalhadores por conta de outrem superaram os do trimestre homólogo.

O setor empresarial continua a evidenciar dificuldades, registando-se uma diminuição do número de empresas constituídas, um decréscimo dos empréstimos concedidos pelo setor financeiro e um aumento do crédito vencido, que, à semelhança dos trimestres anteriores, atingiu um novo máximo histórico. No entanto, as ações de insolvência diminuíram pelo segundo trimestre consecutivo. O setor da construção voltou a dar sinais de alguma retoma, tendo-se observado aumentos homólogos nos indicadores regionais do licenciamento e de obras concluídas. No entanto, as variáveis relativas ao crédito à habitação continuam a registar evoluções desfavoráveis. Relativamente às relações comerciais da região com o mercado externo, registaram-se aumentos homólogos reais nas saídas e nas entradas de bens, na Região Centro.

No Centro 2020, até ao final de setembro estavam já aprovados 1.790 projetos prevendo um investimento na região de 751 milhões de euros e envolvendo 381 milhões de euros de fundos comunitários FEDER e FSE. Para além deste volume de aprovações do programa regional, nos quatro Programas Operacionais Temáticos foram aprovados mais de mil milhões de euros de fundos comunitários referentes a projetos na Região Centro.

## ENQUADRAMENTO NACIONAL

O Produto Interno Bruto aumentou 1,6% em volume no terceiro trimestre do ano. Este crescimento foi superior ao do trimestre anterior, registando-se uma aceleração tanto da procura interna como da procura externa. As exportações de bens e serviços cresceram 5,4% e as importações 3,5%. Simultaneamente, a taxa de desemprego nacional foi a mais baixa dos últimos anos, fixando-se em 10,5% e o nível de preços cresceu 0,7%. A confiança dos consumidores diminuiu e a confiança dos empresários continuou positiva mas inferior à do trimestre homólogo.

**1,6%**  
foi o acréscimo  
homólogo do PIB e

**5,4%**  
o aumento das  
exportações

Quadro 1 – Enquadramento Nacional		3T16	2T16	1T16	4T15	3T15	2015	2014
PIB <sup>1</sup>	v. h. (%)	1,6	0,9	0,9	1,4	1,6	1,6	0,9
Procura interna	v. h. (%)	0,9	0,8	1,5	2,4	2,0	2,5	2,2
Consumo das famílias	v. h. (%)	1,9	1,6	2,5	1,9	2,1	2,6	2,3
Formação bruta de capital	v. h. (%)	-3,1	-2,3	-2,1	5,9	3,0	4,6	5,1
Taxa de investimento	%	15,5	16,2	15,6	16,2	16,2	16,3	15,9
Exportações	v. h. (%)	5,4	1,8	3,4	3,7	5,6	6,1	4,3
Importações	v. h. (%)	3,5	1,4	4,7	6,0	6,4	8,2	7,8
VAB	v. h. (%)	1,0	0,5	0,8	1,5	1,2	1,2	0,4
Taxa de desemprego	%	10,5	10,8	12,4	12,2	11,9	12,4	13,9
IPC – Índice de Preços no Consumidor	v. h. (%)	0,7	0,5	0,5	0,6	0,8	0,5	-0,3
Indicador de confiança dos consumidores	%	-12,4	-12,6	-11,3	-14,1	-11,2	-12,3	-20,2
Indicador de clima económico	%	1,300	1,200	0,900	1,000	1,400	1,000	0,200
Taxa de câmbio USD/EUR	USD	1,1	1,1	1,1	1,1	1,1	1,1	1,3
	v. h. (%)	0,4	2,2	-2,2	-12,3	-16,1	-16,5	0,1

USD - Dólar dos Estados Unidos  
EUR - Euro

Segundo os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), no terceiro trimestre de 2016, o Produto Interno Bruto (PIB) nacional aumentou 1,6% em volume face ao trimestre homólogo<sup>2</sup>, sendo a taxa de crescimento mais elevada dos últimos quatro trimestres.

A procura interna cresceu 0,9% neste trimestre (mais 0,1 pontos percentuais do que no trimestre anterior), o que se deveu ao aumento das despesas de consumo final já que o investimento continuou a diminuir. As despesas de consumo final das famílias cresceram 1,9%, em termos homólogos, traduzindo uma ligeira aceleração, e a taxa de investimento diminuiu para 15,5%.

Relativamente à procura externa, registou-se uma aceleração tanto das exportações como das importações de bens e serviços, com aumentos de 5,4% e de 3,5%, respetivamente.

<sup>1</sup> Dados adaptados, em cada boletim, à série de novos valores divulgados trimestralmente pelo INE, Contas Nacionais. Dados em volume.

<sup>2</sup> Variação homóloga percentual – v.h. (%): trata-se da variação em relação ao mesmo período do ano anterior, em percentagem do valor deste; Variação homóloga percentual real – v.h.real (%): variação homóloga em volume, sendo retirada a variação dos preços, dados pelo Índice de Preços no Consumidor nacional (base 2008), ou outro indicador mais apropriado.

Estes crescimentos resultaram do acréscimo registado tanto na componente de bens como na de serviços.

O Valor Acrescentado Bruto (VAB) gerado passou de um uma variação de 0,5% no segundo trimestre para uma variação de 1% no terceiro. Destacam-se, ainda assim, as diminuições do VAB nos ramos da “construção” (-3,0%) e das “atividades financeiras, de seguros e imobiliárias” (-1,5%) e o aumento no ramo da “indústria” (1,0%).

No que respeita ao mercado de trabalho, neste trimestre os sinais foram mais positivos. A taxa de desemprego foi de 10,5%, ou seja, menos 0,3 pontos percentuais (p.p.) do que no trimestre anterior e menos 1,4 p.p. do que no homólogo, sendo a taxa mais baixa desde o final de 2009. Estimavam-se 549,5 mil indivíduos desempregados no país, o que traduz uma diminuição quer trimestral como homóloga (de 9,8 e 69,3 mil indivíduos, respetivamente).

O nível geral dos preços, avaliado pela taxa de variação do Índice de Preços no Consumidor (IPC), registou um aumento homólogo de 0,7%. Das 12 classes, apenas duas registaram uma diminuição dos preços, mais concretamente, “transportes” e “saúde”. Em contraponto, foram as classes “restaurantes e hotéis”, “comunicações” e “bebidas alcoólicas e tabaco” que registaram o maior aumento do nível de preços.

Em termos homólogos, as expectativas dos consumidores tornaram-se ligeiramente mais negativas, a avaliar pelo indicador de confiança dos consumidores<sup>3</sup> do INE, e a confiança dos empresários, embora positiva, diminuiu ligeiramente, segundo o indicador de clima económico<sup>4</sup>, também do INE.

Por último, a taxa de câmbio<sup>5</sup> do euro face ao dólar (USD/Euro) aumentou face ao trimestre homólogo, assistindo-se a uma valorização do euro, o que se traduz num preço mais elevado para igual quantidade de bens exportados

<sup>3</sup> O indicador de confiança dos consumidores é um meio de medição das expectativas dos consumidores, baseado em respostas de opinião.

<sup>4</sup> O indicador de clima económico é um instrumento semelhante ao indicador de confiança dos consumidores mas que retrata as expectativas dos empresários.

<sup>5</sup> A taxa de câmbio corresponde ao preço de uma unidade monetária de uma moeda em unidades monetárias de outra e pode ser cotada ao certo ou cotada ao incerto. A taxa de câmbio está cotada ao certo quando exprime o preço de uma unidade de moeda nacional em unidades de moeda estrangeira e está cotada ao incerto quando exprime o preço de uma unidade de moeda estrangeira em unidades de moeda nacional. Neste Boletim, a taxa de câmbio está cotada ao certo para o euro, pelo que um aumento do seu valor corresponde a uma apreciação ou valorização da moeda nacional (euro) e uma diminuição corresponde a uma depreciação ou desvalorização da moeda nacional (euro).

## MERCADO DE TRABALHO

No terceiro trimestre de 2016, na Região Centro, em termos homólogos, verificou-se um ligeiro aumento do emprego e uma redução do desemprego. Também a população ativa, inativa e a taxa de atividade diminuíram ligeiramente em termos homólogos. Já os custos com o trabalho e o salário médio líquido mensal dos trabalhadores por conta de outrem superaram os do trimestre homólogo.

Segundo os dados do inquérito ao emprego<sup>6</sup> do Instituto Nacional de Estatística, no terceiro trimestre de 2016, a taxa de atividade da população em idade ativa<sup>7</sup> na Região Centro diminuiu face ao trimestre homólogo para os 59,1%, tendo, no entanto, recuperado face ao trimestre anterior. Este valor permanece acima da média nacional de 58,8%. A taxa de atividade regional dos homens foi bastante superior à das mulheres (65,8% contra 53,2%).

Neste trimestre, a população ativa<sup>8</sup> da Região Centro ascendia a 1.160,7 mil indivíduos, tendo-se registado um ligeiro decréscimo de 0,2% face a igual período do ano anterior. Já os inativos<sup>9</sup> totalizavam 1.085,3 mil indivíduos, menos 0,3% do que no trimestre homólogo, evolução que foi impelida pelos domésticos e reformados e contrariada pelos estudantes com 15 e mais anos e outros inativos.

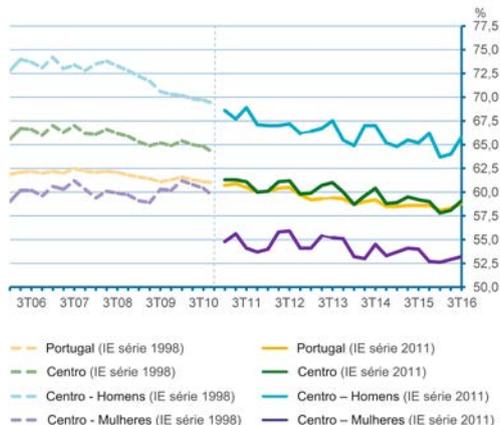
# 8,0%

foi a taxa de desemprego regional do trimestre

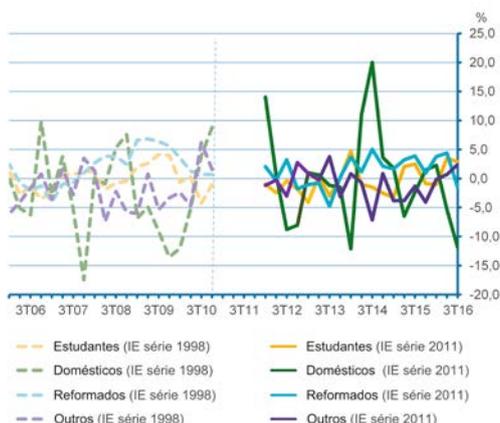
# 27,4%

foi a taxa de desemprego jovem na região

Taxa de atividade (15 e mais anos) em Portugal e no Centro



População inativa no Centro por condição perante o trabalho (variação homóloga)<sup>10</sup>



<sup>6</sup> No primeiro trimestre de 2011, o INE iniciou a divulgação de uma nova série de dados do Inquérito ao Emprego, obtida através de uma nova metodologia. Deste modo, os resultados divulgados a partir do primeiro trimestre de 2011 (série 2011), não permitem uma comparação direta com os dados anteriores (série 1998), configurando uma quebra de série. No primeiro trimestre de 2014, o INE disponibilizou valores revistos para estas duas séries, já que estes foram calibrados tendo por referência as estimativas da população residente calculadas a partir dos resultados definitivos dos Censos 2011.

<sup>7</sup> A taxa de atividade (15 e mais anos), de acordo com o INE, "permite definir a relação entre população ativa e a população em idade ativa (com 15 e mais anos de idade)".

<sup>8</sup> Segundo o INE, toma-se como população ativa "o conjunto de indivíduos com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, constituíam a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (empregados e desempregados)".

<sup>9</sup> A população inativa é "o conjunto de indivíduos qualquer que seja a sua idade que, no período de referência, não podem ser considerados economicamente ativos, isto é, não estavam empregados, nem desempregados, nem a cumprir o Serviço Militar Obrigatório".

<sup>10</sup> A partir do primeiro trimestre de 2011, a rubrica "Estudantes" passou a integrar apenas os estudantes com 15 e mais anos, estando os alunos entre os 5 e os 14 anos de idade na rubrica "Outros". A rubrica "reformados" compreendia, até ao primeiro trimestre de 2011, pensionistas e reformados. A partir de então apenas se enquadram nessa rubrica os reformados do trabalho, estando os pensionistas distribuídos pelas restantes classes de inatividade e, caso não se incluam em nenhuma delas são classificados em "Outros".

Quadro 2 – Atividade e Inatividade		3T16	2T16	1T16	4T15	3T15	2015	2014	
		média trimestral							
Taxa de atividade (15 e mais anos)									
Portugal	%	58,8	58,3	58,1	58,6	58,6	58,6	58,9	
Centro	%	59,1	58,1	57,8	59,0	59,2	59,2	59,4	
	v. h. (p.p.)	-0,1	-1,4	-1,1	0,2	-1,2	-0,3	-1,0	
População ativa – Centro	milhares	1.160,7	1.140,9	1.135,4	1.156,4	1.163,0	1.161,4	1.170,3	
	v. h. (%)	-0,2	-2,3	-2,0	-0,1	-2,2	-0,8	-2,2	
População inativa – Centro	milhares	1.085,3	1.107,2	1.114,9	1.091,0	1.088,5	1.092,0	1.099,7	
	v. h. (%)	-0,3	1,8	1,2	-1,4	0,9	-0,7	0,7	
Estudantes (15 e mais anos)	milhares	169,2	190,3	177,7	171,7	164,4	174,9	174,9	
	v. h. (%)	2,9	3,5	-1,1	-0,9	2,5	0,0	-0,1	
Domésticos	milhares	94,5	95,4	103,7	104,0	107,2	103,4	104,9	
	v. h. (%)	-11,8	-5,4	2,3	1,5	-2,4	-1,4	4,7	
Reformados	milhares	374,3	377,4	387,5	373,0	380,1	372,0	363,3	
	v. h. (%)	-1,5	4,4	3,8	0,9	3,9	2,4	3,0	
Outros	milhares	447,3	444,1	446,1	442,3	436,8	441,7	456,7	
	v. h. (%)	2,4	0,7	-0,2	-4,1	-1,3	-3,3	-1,6	

A taxa de emprego<sup>11</sup> da Região Centro, no terceiro trimestre de 2016, foi de 54,4%, valor igual ao do trimestre homólogo e superior à média nacional (52,6%).

<sup>11</sup> A taxa de emprego é dada pelo quociente entre a população empregada e a população com 15 e mais anos de idade.

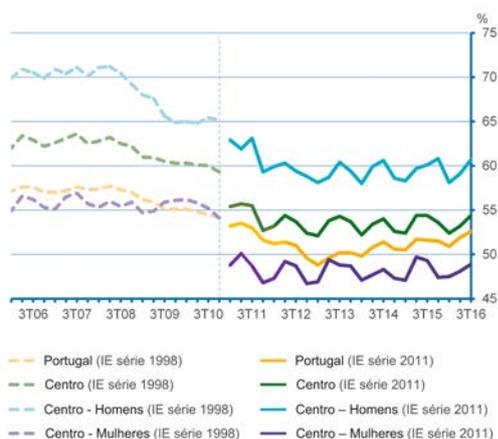
<sup>12</sup> Segundo o INE, a população empregada por situação na profissão principal decompõe-se em “Trabalhadores por conta de outrem”, “Trabalhadores por conta própria”, “Trabalhadores familiares não remunerados” e “Outra situação”.

Neste trimestre, na região, estavam empregados 1.068,3 mil indivíduos, valor ligeiramente acima do registado no mesmo período do ano anterior. Também o emprego masculino, os empregados dos 25 aos 44 anos e os empregados no setor secundário e terciário registaram aumentos homólogos. De destacar a contração homóloga de 11,9% no emprego do setor primário.

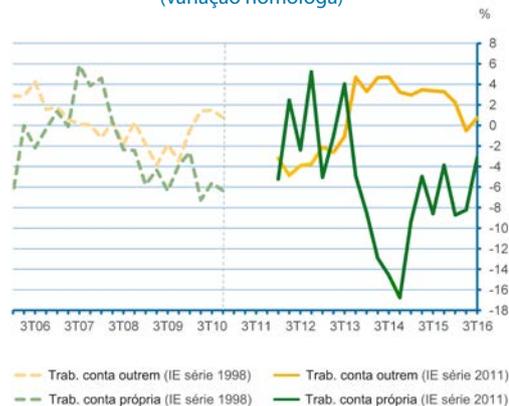
O ligeiro aumento do emprego ficou ainda a dever-se aos trabalhadores por conta de outrem, que cresceram 0,7% em termos homólogos. Este crescimento foi induzido pelos contratados sem termo, pelo trabalho a tempo completo e a tempo parcial e pelos trabalhadores com o ensino secundário, pós-secundário e superior como habilitações, uma vez que todas estas categorias registaram aumentos homólogos.

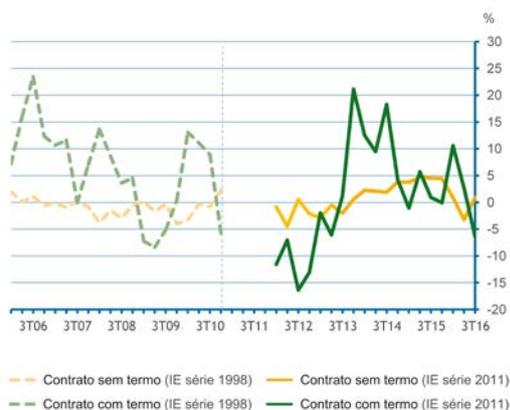
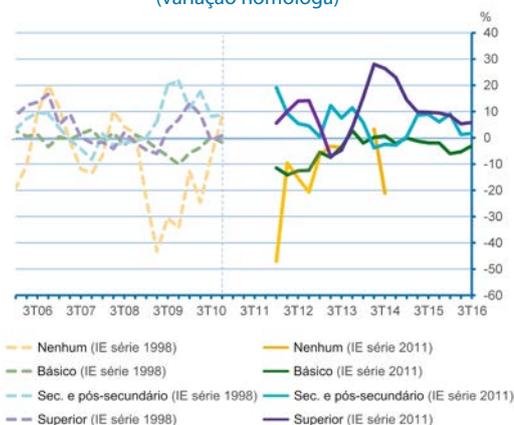
Já os trabalhadores por conta própria registaram uma contração de 3,1% face a igual período do ano anterior, evolução que foi impelida pelos trabalhadores isolados (-8,4%) e contrariada pelos empregadores (que aumentaram 15,9% em termos homólogos).

Taxa de emprego (15 e mais anos) em Portugal e no Centro



População empregada no Centro por situação na profissão<sup>12</sup> (variação homóloga)



População empregada por conta de outrem no Centro  
por contrato de trabalho  
(variação homóloga)População empregada por conta de outrem no Centro  
por nível de escolaridade mais elevado completo  
(variação homóloga)<sup>13</sup>

Quadro 3 – Emprego		3T16	2T16	1T16	4T15	3T15	2015	2014
		média trimestral						
Taxa de emprego (15 e mais anos)								
Portugal	%	52,6	51,9	50,9	51,5	51,6	51,3	50,7
Centro	%	54,4	53,2	52,4	53,6	54,4	53,7	53,0
	v. h. (p.p.)	0,0	-1,2	0,0	1,0	0,4	0,7	-0,5
População empregada – Centro	milhares	1.068,3	1.045,4	1.029,8	1.051,8	1.067,4	1.054,3	1.045,8
	v. h. (%)	0,1	-2,2	0,0	1,7	0,3	0,8	-1,3
Homens	v. h. (%)	1,1	-1,0	-0,4	3,3	-1,2	0,3	-0,6
Mulheres	v. h. (%)	-1,0	-3,4	0,5	-0,1	1,9	1,4	-1,9
15 - 24 anos	v. h. (%)	-4,2	-2,3	9,5	-7,8	-1,8	-1,1	0,6
25 - 44 anos	v. h. (%)	1,5	-2,0	1,8	2,2	1,8	1,0	0,5
45 anos ou mais	v. h. (%)	-0,7	-2,3	-2,5	2,2	-0,8	0,8	-3,1
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	v. h. (%)	-11,9	-12,2	-11,8	-3,1	-11,7	-8,9	-16,6
Indústria, construção, energia e água	v. h. (%)	2,7	-0,3	-2,4	3,4	0,1	3,9	8,2
Serviços	v. h. (%)	1,6	-0,7	3,7	1,9	3,5	1,8	-0,8
Trabalhadores por conta de outrem	milhares	820,5	798,8	796,6	813,2	814,4	802,4	777,0
	v. h. (%)	0,7	-0,5	2,2	3,3	3,4	3,3	4,0
Contratos sem termo	v. h. (%)	0,9	-3,2	0,9	4,4	4,5	4,4	2,5
Contratos com termo	v. h. (%)	-6,4	2,6	10,6	-0,1	0,9	1,3	11,0
Tempo completo	v. h. (%)	0,4	-0,2	3,0	4,5	3,9	4,0	4,7
Tempo parcial	v. h. (%)	5,9	-4,0	-7,6	-11,3	-3,2	-5,7	-3,6
Nenhum grau de escolaridade	v. h. (%)	§	§	§	§	§	-20,7	-7,9
Básico	v. h. (%)	-3,1	-5,4	-6,0	-2,0	-1,9	-1,4	-0,8
Secundário e pós-secundário	v. h. (%)	1,6	1,3	9,0	6,1	8,9	5,9	-0,9
Superior	v. h. (%)	5,8	5,3	8,5	9,4	9,7	10,7	23,1
Trabalhadores por conta própria	milhares	237,8	237,3	221,9	233,4	245,5	245,1	262,9
	v. h. (%)	-3,1	-8,2	-8,7	-3,9	-8,6	-6,8	-13,2
Isolados	v. h. (%)	-8,4	-8,3	-8,4	-5,5	-9,3	-8,2	-13,4
Empregadores	v. h. (%)	15,9	-8,0	-9,8	2,4	-6,1	-1,3	-12,5

§: Desvio do padrão de qualidade/Coefficiente de variação elevado  
x: Dado não disponível

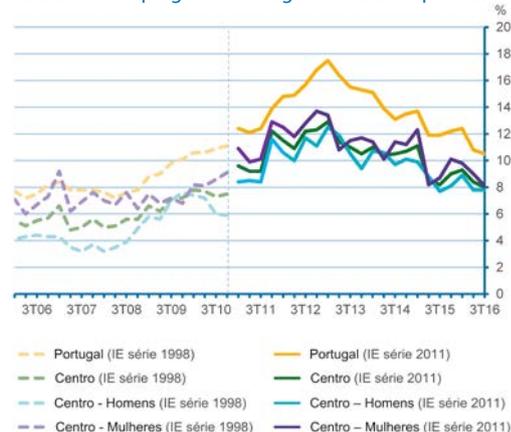
A taxa de desemprego<sup>14</sup> regional foi de 8,0%, no terceiro trimestre de 2016, tendo diminuído 0,2 pontos percentuais face ao trimestre homólogo e 0,4 pontos percentuais relativamente ao trimestre anterior. Este valor manteve-se inferior à média nacional de 10,5% mas deixou de ser o mais baixo das sete regiões portuguesas, tendo o Algarve ocupado essa posição neste trimestre. O escalão etário dos 15 aos 24 anos e as mulheres continuaram a ser os mais afetados pelo desemprego, com a taxa de desemprego jovem a atingir os 27,4% e taxa de desemprego feminina 8,1%.

<sup>13</sup> Em alguns trimestres, no nível de escolaridade “Nenhum”, não foi possível calcular as variações homólogas dado os valores absolutos não se encontrarem disponíveis por apresentarem desvio do padrão de qualidade/coeficientes de variação elevados.

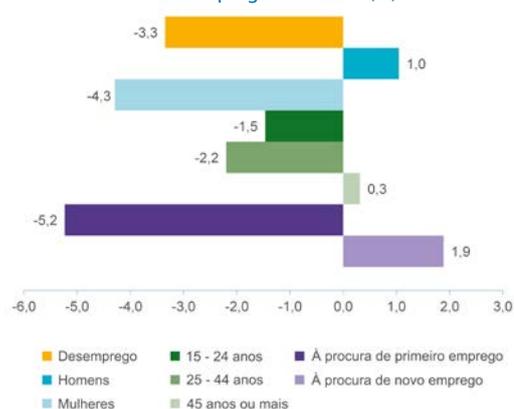
<sup>14</sup> A taxa de desemprego é a relação entre a população desempregada e a população ativa.

Neste período, na região, encontravam-se desempregados 92,4 mil indivíduos, menos 3,3% face a igual período do ano anterior. Das categorias de desempregados analisadas, quatro registaram aumentos homólogos: os homens desempregados (2,2%), os desempregados com 45 ou mais anos (0,9%), os desempregados à procura de novo emprego (2,4%) e os desempregados de longa duração (3,6%). As restantes categorias conheceram uma contração do desemprego, destacando-se a diminuição dos desempregados à procura do primeiro emprego (-26,2%) e desempregados de curta duração (-13,3%).

Taxa de desemprego em Portugal e no Centro por sexo



Contributos para a taxa de variação homóloga do desemprego no Centro (%)



Quadro 4 – Desemprego

		3T16	2T16	1T16	4T15	3T15	2015	2014	
		média trimestral							
Taxa de desemprego									
Portugal	%	10,5	10,8	12,4	12,2	11,9	12,4	13,9	
Centro	%	8,0	8,4	9,3	9,0	8,2	9,2	10,6	
	v. h. (p.p.)	-0,2	-0,1	-1,8	-1,7	-2,3	-1,4	-0,8	
Homens	%	7,8	7,8	8,9	8,1	7,7	8,7	10,3	
Mulheres	%	8,1	9,0	9,8	10,1	8,7	9,8	11,0	
15 - 24 anos	%	27,4	25,1	27,8	32,5	27,9	28,8	28,2	
25 - 44 anos	%	7,4	8,3	8,9	8,0	7,9	9,2	12,0	
45 anos ou mais	%	5,7	6,4	7,0	6,8	5,6	6,6	6,9	
População desempregada – Centro	milhares	92,4	95,5	105,6	104,7	95,6	107,0	124,5	
	v. h. (%)	-3,3	-4,0	-17,7	-15,2	-23,6	-14,1	-14,4	
Homens	v. h. (%)	2,2	-13,8	-12,3	-18,9	-22,6	-17,0	-16,0	
Mulheres	v. h. (%)	-8,3	7,3	-22,3	-11,8	-24,6	-11,1	-12,7	
15 - 24 anos	v. h. (%)	-6,1	-0,6	-0,5	27,9	-6,5	1,4	-14,4	
25 - 44 anos	v. h. (%)	-5,1	-5,9	-29,2	-34,5	-38,6	-24,8	-9,3	
45 anos ou mais	v. h. (%)	0,9	-3,3	-8,3	-6,4	-6,7	-4,7	-5,4	
À procura do primeiro emprego	v. h. (%)	-26,2	-14,6	-6,9	29,7	-4,0	-0,6	3,7	
À procura de novo emprego	v. h. (%)	2,4	-2,2	-19,1	-21,7	-27,3	-16,2	-10,8	
Há menos de 12 meses	v. h. (%)	-13,3	0,3	-8,2	-12,8	-15,6	-13,0	-18,7	
Há 12 meses ou mais	v. h. (%)	3,6	-6,7	-23,3	-16,8	-28,4	-14,7	-1,8	

<sup>15</sup> O índice de custo do trabalho definido pelo INE pretende medir a evolução dos custos do trabalho por hora efetivamente trabalhada (custo médio horário) suportados pela entidade empregadora. Estes custos compreendem, para além dos custos salariais (como salário base, subsídios e prémios, pagamento de horas extraordinárias, etc.), outros custos do trabalho a cargo da entidade patronal (como contribuições para a Segurança Social, seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais, indemnização por despedimento, entre outros).

No trimestre em análise, o salário médio líquido mensal dos trabalhadores por conta de outrem da Região Centro fixou-se nos 798 euros, o que corresponde a um aumento homólogo real de 2,6%. Apesar de este acréscimo ter sido bastante superior ao do país (0,7%), o salário médio da região continuava abaixo da média nacional de 840 euros.

Também o índice de custo do trabalho<sup>15</sup> aumentou em termos homólogos reais na região (1,3%) e no país (0,1%), retomando a tendência que apenas tinha sido interrompida no primeiro trimestre de 2016. Para este aumento regional contribuíram tanto os custos salariais, como os outros custos de trabalho (onde se incluem, por exemplo, as contribuições dos empregadores para a Segurança Social e os seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais).

Quadro 5 – Salários e Custos do Trabalho		3T16	2T16	1T16	4T15	3T15	2015	2014
		média trimestral						
Salário médio líquido mensal (trabalhadores por conta de outrem)								
Portugal	€	840	838	833	834	829	828	813
	v. h. real (%)	0,7	1,1	0,5	1,4	0,6	1,4	0,9
Centro	€	798	803	796	787	773	775	756
	v. h. real (%)	2,6	2,7	4,0	2,7	1,1	2,0	0,5
Índice de Custo do Trabalho*								
Portugal	v. h. real (%)	0,1	1,0	-1,6	1,7	1,6	2,3	-0,7
Centro	v. h. real (%)	1,3	1,8	-1,0	3,2	3,7	3,8	-0,9

\* (1) Valores corrigidos dos dias úteis (de modo a eliminar os efeitos decorrentes da existência de números de dias úteis diferentes em trimestres idênticos de anos diferentes (Páscoa e outros feriados móveis)). (2) De forma a estar em sintonia com as séries a divulgar pelo Eurostat, que mudou o ano de referência do Índice de Custo do Trabalho (ICT) de 2008 para 2012, os índices disponibilizados passaram a ter como ano de referência o ano de 2012. (3) Exclui a Administração Pública.

## DESEMPREGO REGISTRADO

No terceiro trimestre de 2016, os desempregados inscritos nos centros de emprego da Região Centro continuaram a diminuir face ao trimestre homólogo, tal como os novos desempregados. No entanto, também as colocações do IEFP diminuíram face a igual período do ano anterior..

Neste trimestre, os desempregados inscritos nos centros de emprego do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) da Região Centro ascendiam a 86,1 mil, menos 8,2% face a igual período do ano anterior e o valor mais baixo desde 2009.

Para este desempenho contribuiu a diminuição homóloga nos novos desempregados inscritos nos centros de emprego da região (-9,9%), registando-se, em média, por dia, neste trimestre, 381 novos desempregados, menos 42 do que em igual período do ano anterior.

As colocações efetuadas pelo IEFP registaram, neste trimestre, uma variação homóloga de -19,1%, mantendo a tendência iniciada no primeiro trimestre de 2016. Em termos médios, ocorreram cerca de 102 colocações por dia, menos 24 colocações diárias do que em igual trimestre do ano anterior.

# -8,2%

desempregados registados nos centros de emprego regionais do que no trimestre homólogo

# 102

colocações realizadas, em média, por dia, pelos centros de emprego regionais

Quadro 6 – Desemprego Registrado		3T16	2T16	1T16	4T15	3T15	2015	2014
		média trimestral						
Dados do IEFP – Centro								
Desemprego registado*	milhares	86,1	94,4	101,8	96,3	93,8	98,7	114,3
	v. h. (%)	-8,2	-3,6	-4,6	-9,6	-15,7	-13,7	-12,0
Novos desempregados**	milhares	34,3	30,2	33,2	36,9	38,1	35,5	35,5
	v. h. (%)	-9,9	-3,7	-6,5	-1,4	-0,8	-0,2	-8,9
Colocações do IEFP**	milhares	9,2	10,5	10,1	8,9	11,3	10,3	9,1
	v. h. (%)	-19,1	-1,0	-0,7	0,9	14,6	12,4	22,8

\* valores médios trimestrais

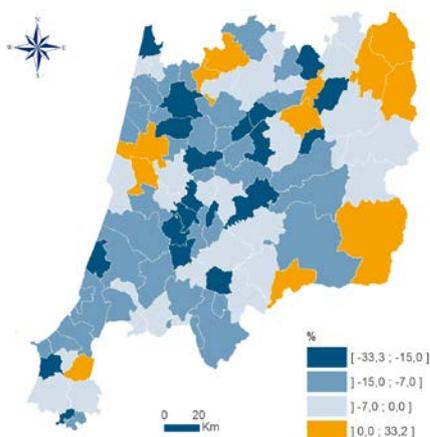
\*\*soma dos valores dos meses que compõem o trimestre

Analisando a evolução homóloga, por municípios, dos desempregados registados nos centros de emprego da região, verificou-se que, na maioria dos municípios (88), o número de desempregados diminuiu, destacando-se, pelas expressivas reduções homólogas ocorridas, Vila de Rei (-33,3%), Manteigas (-30,0%), Pampilhosa da Serra (-29,5%), Ansião (-26,2%), Águeda (-22,4%), Marinha Grande (-21,4%) e Aguiar da Beira (-21,0%). Nos restantes 12 municípios verificou-se um aumento dos desempregados face a igual período do ano anterior, destacando-se com grandes crescimentos homólogos Fornos de Algodres (28,2%) e Figueira de Castelo Rodrigo (33,2%).

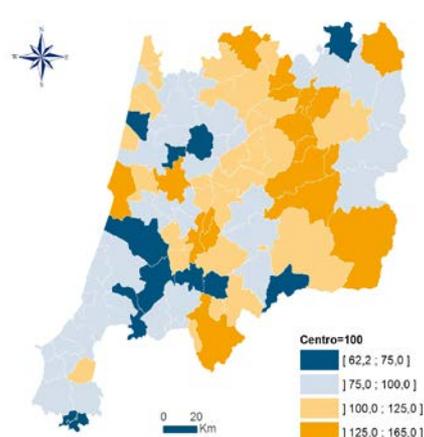
<sup>16</sup> O índice de disparidade do peso do desemprego registado por município face à média regional é um indicador que pretende traduzir a dispersão do desemprego registado no IIEFP na população potencialmente ativa em cada município em relação ao valor desse indicador na Região Centro. Este índice é obtido da seguinte forma:  $[(\text{desemprego registado}) / (\text{população média residente 15-64 anos})] / [(\text{desemprego registado})_{RC} / (\text{população média residente 15-64 anos})_{RC}] * 100$ , sendo i determinado município e RC a Região Centro. Para o cálculo do índice foi utilizada a população média residente do escalão etário 15-64 anos relativa ao ano de 2015.

Relativamente ao peso dos desempregados registados nos centros de emprego no total da população potencialmente ativa (15-64 anos), verificou-se que, neste trimestre, 54 municípios apresentavam uma situação mais favorável que a média regional, ou seja índices de disparidade<sup>16</sup> inferiores a 100. Os municípios mais bem posicionados eram Ourém (62,2), Meda (66,3), Ferreira do Zêzere (66,6), Batalha (67,1) e Mortágua (67,3). Dos 46 municípios com índices superiores à média regional, destacavam-se, com índices acima de 150, os municípios de Idanha-a-Nova (165,0), Figueiró dos Vinhos (157,6), Castanheira de Pera (154,9) e Covilhã (150,4).

Variação homóloga do desemprego registado no terceiro trimestre de 2016



Disparidade do peso do desemprego registado por município face à média regional no terceiro trimestre de 2016<sup>16</sup>



## EMPRESAS

**-24,2%**

foi o crescimento homólogo das empresas constituídas na região

**-11,3%**

foi o crescimento homólogo das ações de insolvência na região

No terceiro trimestre de 2016, na Região Centro, assistiu-se face a igual período do ano anterior, à diminuição das empresas constituídas, dos empréstimos concedidos pelo setor financeiro e das ações de insolvência. O crédito vencido voltou a aumentar, atingindo novo máximo histórico.

Neste trimestre, foram constituídas 1.085 empresas na Região Centro, correspondendo a uma variação homóloga de -24,2%, muito mais significativa do que a média nacional de -0,5%. Em termos médios, foram criadas 12 novas empresas por dia na região, menos quatro do que em igual período do ano anterior, enquanto no país eram criadas 89 novas empresas por dia (o mesmo número do trimestre homólogo).

As ações de insolvência<sup>17</sup> na região diminuíram 11,3% em termos homólogos, acompanhando a tendência nacional (-3,9%). Neste trimestre, em média, ocorreram 17 ações de insolvência por dia em Portugal, das quais 3 eram de empresas com sede na Região Centro (menos uma do que em igual período do ano anterior).

Os empréstimos concedidos a sociedades não financeiras mantiveram a tendência de diminuição homóloga real trimestral, verificando-se até uma aceleração desde o terceiro trimestre de 2015. A evolução regional de -3,6% foi menos expressiva do que a média nacional de -5,5%.

O incumprimento das empresas, medido pela importância do crédito vencido no total do crédito concedido às sociedades não financeiras, continuou a aumentar neste trimestre, tendo assumido novos máximos históricos na região, onde alcançou os 13,4%. No país este indicador era de 16,5%, o mesmo valor do trimestre anterior e o máximo da série.

<sup>17</sup> A IGNIOS – Gestão Integrada de Risco, S.A. disponibiliza informação das ações de insolvência publicadas de acordo com a seguinte classificação: Declarada a Insolvência, Declarada a Insolvência – Apresentada, Declarada a Insolvência – Requerida e Em Plano de Insolvência. O total de ações de insolvência inclui estas quatro classificações.

Empréstimos concedidos a sociedades não financeiras  
(variação homóloga real)Crédito vencido das sociedades não financeiras  
no total do crédito concedido

Quadro 7 – Empresas		3T16	2T16	1T16	4T15	3T15	2015	2014
		média trimestral						
Empresas constituídas								
Portugal	número	7.987	9.354	10.954	8.353	8.026	9.373	8.772
	v. h. (%)	-0,5	-0,9	-6,2	-4,0	4,3	6,9	1,4
Centro	número	1.085	1.468	1.918	1.345	1.431	1.639	1.480
	v. h. (%)	-24,2	-10,8	-10,1	-5,0	13,0	10,7	-2,8
Empréstimos concedidos a sociedades não financeiras								
Portugal	milhões €	80.476	81.688	82.688	83.490	84.640	85.140	88.312
	v. h. real (%)	-5,5	-5,5	-4,8	-3,8	-4,0	-4,1	-7,0
Centro	milhões €	14.526	14.724	14.756	14.729	14.972	14.945	15.046
	v. h. real (%)	-3,6	-2,6	-2,3	-1,4	-0,4	-1,2	-3,8
Crédito vencido (em percentagem do crédito concedido)								
Portugal	%	16,5	16,5	16,4	15,8	16,3	15,9	14,6
Centro	%	13,4	13,3	13,2	12,6	12,6	12,7	12,2
Ações de insolvência								
Portugal	número	1.488	2.216	2.215	1.911	1.548	1.943	1.804
	v. h. (%)	-3,9	3,4	2,2	6,6	67,2	7,7	-19,6
Centro	número	298	410	449	379	336	390	352
	v. h. (%)	-11,3	-4,2	7,7	14,8	95,3	11,0	-24,5

## COMÉRCIO INTERNACIONAL DE BENS

No terceiro trimestre de 2016, na Região Centro, registaram-se aumentos homólogos reais nas saídas e nas entradas de bens, tendo o crescimento das entradas sido mais expressivo. As transações regionais com o mercado intracomunitário cresceram em termos homólogos reais, bem como as entradas extracomunitárias de bens. Já as saídas de bens para o mercado extracomunitário sofreram uma contração.

As saídas de bens da Região Centro evidenciaram, neste trimestre, um crescimento homólogo real<sup>18</sup> de 5,2%, abaixo da média nacional de 6,1%. Para esta evolução regional apenas contribuiu o mercado intracomunitário, que cresceu 8,1%, pois as saídas de bens para países fora da União Europeia registaram uma quebra em termos homólogos reais de 4,7%. Esta quebra no comércio extracomunitário veio dar continuidade à tendência de contração iniciada no terceiro trimestre de 2015 e que é explicada pelas dificuldades nos principais mercados de destino, designadamente Angola.

Considerando as saídas de bens da região por grupos de produtos, dados pelas doze secções da Nomenclatura Combinada com maior importância nas transações internacionais<sup>19</sup> da Região Centro, verificaram-se aumentos homólogos reais em sete, com destaque para as secções “material de transporte” (17,0%), “produtos das indústrias alimentares; bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres; tabaco e seus sucedâneos manufaturados” (15,4%), “plástico e suas obras; borracha e suas obras” (10,5%) e “obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica ou de matérias semelhantes; produtos cerâmicos; vidro e suas obras” (10,0%), que representavam, no seu conjunto, 38% das saídas de bens da região no trimestre.

# 5,2%

foi o crescimento  
homólogo real das saídas  
de bens da região e

# 7,4%

o das entradas de bens na  
região

<sup>18</sup> As taxas de variação real das variáveis presentes neste capítulo foram calculadas, na região e em Portugal, com base nos deflatores de Contas Nacionais específicos desses fluxos (atualizados para a base 2011).

<sup>19</sup> Das 21 secções da Nomenclatura Combinada foram escolhidas as que tinham uma importância superior a 3% no total das transações internacionais (entradas e saídas) da Região Centro, no ano de 2013. Estas secções encontram-se enumeradas nas fontes de informação.

À semelhança das saídas, também nas entradas de bens na Região Centro ocorreu um crescimento homólogo real que atingiu os 7,4% e superou a média nacional (4,5%). Ambos os mercados intra e extracomunitários contribuíram para esta evolução na região, tendo, no entanto, o crescimento extracomunitário sido ligeiramente mais expressivo (8,4% contra 7,2%).

Em termos das entradas de bens por grupos de produtos com maior importância nas transações internacionais da região, verificaram-se variações homólogas reais positivas em 10 das 12 secções consideradas, com destaque para os grupos “produtos do reino vegetal” (30,9%), “material de transporte” (17,1%), “madeira, carvão vegetal e obras de madeira; cortiça e suas obras; obras de espartaria ou de cestaria” (15,9%) e “máquinas e aparelhos, material elétrico, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios” (12,5%), responsáveis, no seu conjunto, por 37% das entradas de bens na região no trimestre. As quebras ocorreram nas secções “pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas; papel ou cartão para reciclar (desperdícios e aparas); papel e suas obras” (-10,2%) e “obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica ou de matérias semelhantes; produtos cerâmicos; vidro e suas obras” (-1,7%).

Quadro 8 – Comércio Internacional de Bens*		3T16	2T16	1T16	4T15	3T15	2015	2014
		média trimestral						
Saídas de bens								
Portugal	milhões €	12.387,7	12.813,8	11.969,1	12.493,5	12.163,6	12.456,4	12.013,4
	v. h. real (%)	6,1	3,4	2,2	2,3	4,5	5,9	3,5
Intracomunitárias	milhões €	9.288,4	9.799,7	9.287,9	9.133,8	8.772,1	9.064,3	8.511,2
	v. h. real (%)	10,3	9,1	8,2	8,1	7,5	8,8	4,3
Extracomunitárias	milhões €	3.099,3	3.037,8	2.681,2	3.359,7	3.391,5	3.392,0	3.502,2
	v. h. real (%)	-4,8	-10,8	-14,0	-10,7	-2,4	-1,0	1,7
Centro	milhões €	2.329,8	2.517,1	2.430,0	2.438,4	2.307,2	2.412,0	2.313,0
	v. h. real (%)	5,2	5,6	5,2	4,6	5,9	6,5	5,8
Intracomunitárias	milhões €	1.848,9	2.042,2	1.968,2	1.869,4	1.781,3	1.874,7	1.757,1
	v. h. real (%)	8,1	9,5	8,2	8,1	8,6	9,0	6,9
Extracomunitárias	milhões €	480,9	474,9	461,8	569,0	525,9	537,3	555,9
	v. h. real (%)	-4,7	-8,3	-6,0	-5,4	-2,4	-1,2	2,5
Entradas de bens								
Portugal	milhões €	15.022,3	15.425,7	14.389,7	15.186,4	14.899,8	15.077,6	14.758,0
	v. h. real (%)	4,5	3,0	6,7	5,7	6,6	7,7	6,8
Intracomunitárias	milhões €	11.520,5	12.044,7	11.252,6	11.808,4	11.267,2	11.537,9	11.035,7
	v. h. real (%)	6,0	7,2	7,1	8,0	9,9	10,2	10,9
Extracomunitárias	milhões €	3.501,8	3.380,9	3.137,1	3.378,0	3.632,6	3.539,6	3.722,4
	v. h. real (%)	-0,1	-9,9	5,2	-1,5	-2,5	0,2	-3,7
Centro	milhões €	1.932,4	2.091,9	1.957,6	1.938,5	1.864,4	1.938,8	1.847,7
	v. h. real (%)	7,4	7,9	9,7	10,8	11,3	10,6	6,4
Intracomunitárias	milhões €	1.592,7	1.742,1	1.586,8	1.611,2	1.539,6	1.614,6	1.561,1
	v. h. real (%)	7,2	7,3	6,3	7,0	10,3	9,0	4,7
Extracomunitárias	milhões €	339,7	349,8	370,8	327,3	324,8	324,2	286,6
	v. h. real (%)	8,4	11,4	26,5	33,9	16,2	19,2	16,6

\*Os valores de 2014 são definitivos, os de 2015 provisórios e os de 2016 são preliminares sendo revistos trimestralmente. Os dados do comércio internacional foram deflacionados com informação de Contas Nacionais disponibilizada pelo INE na base 2011. A distribuição regional do comércio internacional tem por base a sede dos operadores (e não a região onde a transação dos bens ocorreu).

## TURISMO

# 1,9

foi a estada média do trimestre nos estabelecimentos hoteleiros da região

# 13,3%

foi o crescimento homólogo real dos seus proveitos

A Região Centro conseguiu captar, no terceiro trimestre de 2016, mais hóspedes, mais dormidas e gerar mais proveitos face a igual período do ano anterior.

Neste trimestre, os estabelecimentos hoteleiros da região acolheram mais 9,7% de hóspedes do que em igual período do ano anterior, tendo este aumento ficado acima da média nacional de 7,1%. Face ao período homólogo, também se registaram mais dormidas (9,6%), igualmente acima da média do país (6,0%). A estada média cifou-se em 1,9 noites na Região Centro e 3,1 noites em termos nacionais, mantendo-se inalterada face a igual período do ano anterior.

Os estabelecimentos hoteleiros da região também geraram mais proveitos, tendo ocorrido um aumento homólogo real de 13,3%, valor abaixo da média nacional de 14,9%. Para esta evolução regional foi determinante o acréscimo homólogo real dos proveitos de aposento (em 14,4%), que representavam, neste trimestre, 71% dos proveitos totais.



Quadro 9 – Turismo*		3T16	2T16	1T16	4T15	3T15	2015	2014
		média trimestral						
Hóspedes em estabelecimentos hoteleiros								
Portugal	milhares	6.498	5.301	3.221	3.600	6.069	4.340	4.026
	v. h. (%)	7,1	8,1	15,7	7,8	7,5	7,8	12,0
Centro	milhares	994	751	480	552	906	645	581
	v. h. (%)	9,7	7,9	12,6	8,7	9,8	10,9	11,9
Dormidas em estabelecimentos hoteleiros								
Portugal	milhares	20.018	14.674	8.369	9.230	18.885	12.213	11.530
	v. h. (%)	6,0	8,2	16,6	6,6	4,7	5,9	11,0
Centro	milhares	1.907	1.259	779	902	1.741	1.126	1.036
	v. h. (%)	9,6	7,2	13,4	6,4	6,4	8,7	10,9
Estada média nos estabelecimentos hoteleiros								
Portugal	n.º noites	3,1	2,8	2,6	2,6	3,1	2,8	2,9
Centro	n.º noites	1,9	1,7	1,6	1,6	1,9	1,7	1,8
Proveitos totais dos estabelecimentos hoteleiros								
Portugal	milhares €	1.170.082	769.958	395.500	468.156	1.011.822	619.746	550.527
	v. h. real (%)	14,9	14,4	19,5	11,9	12,7	12,0	13,0
Centro	milhares €	88.956	56.641	35.300	42.436	78.020	50.271	44.228
	v. h. real (%)	13,3	10,2	19,2	8,5	13,1	13,1	10,0

\* Desde a edição n.º 15 deste boletim, os dados absolutos reportam-se à soma dos valores mensais em cada trimestre. Os valores de 2016 são provisórios exceto os dados dos dois meses mais recentes que correspondem a dados preliminares.

## CONSTRUÇÃO E HABITAÇÃO

No terceiro trimestre de 2016, o setor da construção continuou a mostrar sinais de retoma, tendo-se observado aumentos homólogos nos indicadores regionais do licenciamento e de obras concluídas. No entanto, as variáveis relativas ao crédito à habitação continuam a registar evoluções desfavoráveis.

Neste trimestre, foram licenciados, na região, 1.190 edifícios, representando um aumento de 6,5% face ao trimestre homólogo, abaixo da média nacional (15,3%). Este aumento veio dar continuidade à tendência iniciada no trimestre anterior e que veio interromper as sucessivas quebras que se registavam desde o primeiro trimestre de 2008 (início da compilação desta série). Os restantes indicadores do licenciamento também aumentaram: o licenciamento de construções novas na região aumentou 6,4% face ao período homólogo e os novos fogos para habitação familiar licenciados 18,8%.

### 1,6%

foi o crescimento homólogo dos edifícios concluídos na região

### 2,7%

foi a evolução homóloga real regional da avaliação bancária da habitação

Os edifícios concluídos aumentaram 1,6%, na região, face a igual período do ano anterior, interrompendo assim a série de quebras consecutivas que se registavam desde o segundo trimestre de 2007. Também as conclusões de construções novas aumentaram, na região, face ao trimestre homólogo (4,2%), o que não acontecia igualmente desde meados de 2007. Os novos fogos concluídos para habitação familiar registaram, neste trimestre, uma variação de 33,7% face a igual período do ano anterior, mantendo-se a tendência iniciada em 2016. Apesar desta dinâmica regional expansiva, a nível nacional registou-se ainda uma retração nas obras concluídas (-2,6%), para a qual contribuiu a queda na conclusão de construções novas (-0,2%). No entanto, é de assinalar o abrandamento do ritmo de deterioração destes indicadores. Deste modo, o setor da construção, que foi um dos mais afetados pela crise, parece estar a dar sinais de retoma.

Os empréstimos concedidos para habitação diminuíram em termos homólogos reais 3,0% na região e 3,2% no país. O crédito à habitação vencido voltou a aumentar (5,3% na região e 4,1% no país, em termos homólogos reais), mantendo-se o peso do crédito vencido no crédito à habitação concedido nos valores máximos registados desde o início da compilação da série em 2009: 2,8% na região e 3,1% no país.

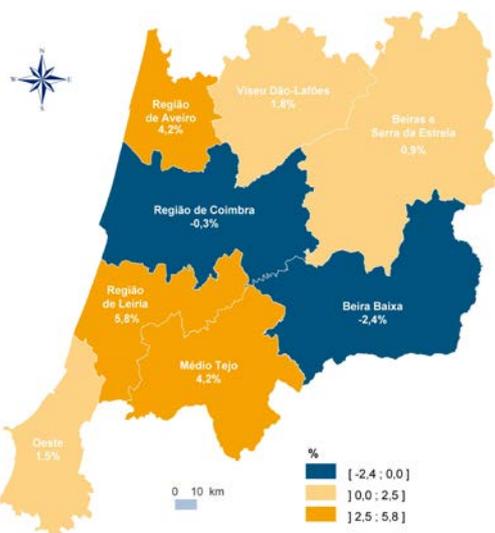
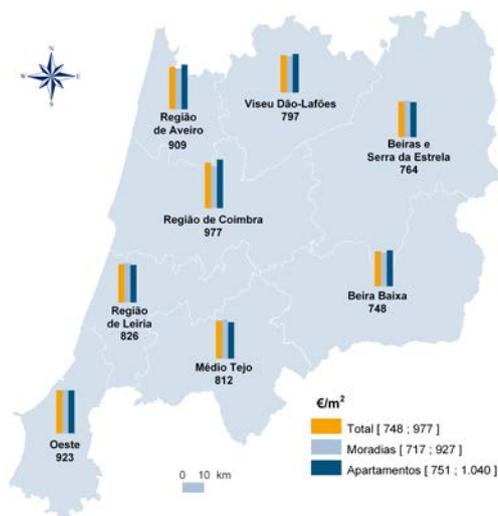
Na Região Centro, neste trimestre, a avaliação bancária da habitação aumentou 2,7% em termos homólogos reais, sendo cada metro quadrado destinado a habitação na região avaliado pelas entidades bancárias em 879 euros. Apenas na Beira Baixa e na Região de Coimbra o valor médio da avaliação bancária diminuiu em termos homólogos reais. Das restantes sub-regiões, os aumentos mais expressivos ocorreram na Região de Leiria (5,8%), no Médio Tejo (4,2%) e na Região de Aveiro (4,2%).

Considerando as diferentes tipologias de habitação, verificou-se um aumento de 1,2% em termos homólogos reais no valor médio da avaliação bancária dos apartamentos e de 4,1% nas moradias. A Região de Coimbra manteve-se como a sub-região com a avaliação bancária da habitação mais elevada (977€/m<sup>2</sup>) e onde os apartamentos eram mais valorizados (1.040€/m<sup>2</sup>). O Oeste apresentava a valorização mais elevada nas moradias (927€/m<sup>2</sup>), enquanto a menos elevada ocorria na Beira Baixa (717€/m<sup>2</sup>). Esta sub-região era também a menos valorizada em termos médios globais (748€/m<sup>2</sup>).

Quadro 10 – Construção e Habitação		3T16	2T16	1T16	4T15	3T15	2015	2014	
		média trimestral							
Edifícios licenciados									
Portugal	número	4.068	4.243	3.811	3.747	3.528	3.737	3.865	
	v. h. (%)	15,3	14,1	-3,6	-1,1	-6,0	-3,3	-5,2	
Centro	número	1.190	1.258	1.145	1.175	1.117	1.160	1.316	
	v. h. (%)	6,5	8,6	-3,7	-5,5	-13,2	-11,9	-8,6	
Construções novas	número	779	794	761	743	732	754	776	
	v. h. (%)	6,4	3,8	-1,7	-5,9	-2,7	-2,9	-3,7	
Novos fogos para habitação familiar	v. h. (%)	18,8	27,4	16,0	21,0	7,1	11,5	-1,3	
Edifícios concluídos*									
Portugal	número	2.652	2.456	2.491	2.610	2.723	2.743	3.396	
	v. h. (%)	-2,6	-10,7	-13,8	-18,4	-20,1	-19,2	-12,0	
Centro	número	887	798	793	872	873	919	1.174	
	v. h. (%)	1,6	-14,8	-20,1	-21,4	-27,4	-21,7	-9,2	
Construções novas	número	598	530	536	573	574	599	767	
	v. h. (%)	4,2	-11,7	-17,4	-18,1	-26,3	-21,9	-11,2	
Novos fogos para habitação familiar	v. h. (%)	33,7	3,6	6,6	-23,0	-41,6	-31,9	-21,1	
Empréstimos concedidos para habitação									
Portugal	v. h. real (%)	-3,2	-3,0	-3,2	-3,6	-4,0	-3,8	-3,2	
Centro	v. h. real (%)	-3,0	-2,9	-3,1	-3,4	-3,8	-3,6	-3,2	
Crédito à habitação vencido**									
Portugal	v. h. real (%)	4,1	5,4	3,4	4,5	1,4	3,5	11,0	
Centro	v. h. real (%)	5,3	6,8	6,3	7,6	1,7	4,1	8,9	
Avaliação bancária da habitação									
Portugal	€/m <sup>2</sup>	1.072,3	1.059,7	1.048,0	1.044,7	1.038,0	1.029,3	1.008,3	
	v. h. real (%)	2,6	3,0	3,1	3,0	0,3	1,6	0,5	
Centro	€/m <sup>2</sup>	879,0	876,7	854,0	854,3	850,3	850,9	841,1	
	v. h. real (%)	2,7	2,4	0,4	0,1	-0,7	0,7	0,4	

\* Os valores de 2016 são dados provisórios estimados.

\*\* Trata-se de créditos concedidos ao setor institucional das famílias que inclui empresários em nome individual e outras pessoas singulares.

Taxa de variação homóloga real da avaliação  
bancária da habitação no terceiro trimestre de 2016Avaliação bancária da habitação  
no terceiro trimestre de 2016

## PREÇOS E CONSUMO PRIVADO

O Índice de Preços no Consumidor aumentou face ao trimestre homólogo, na região e no país, mantendo-se a tendência iniciada no segundo trimestre de 2015. Quase todos os indicadores representativos do consumo privado apresentaram, neste trimestre, evoluções favoráveis.

# 0,7%

foi a taxa de inflação  
homóloga regional

Os níveis médios de preços na região e no país, avaliados pelo Índice de Preços no Consumidor, registaram, neste trimestre, um aumento de 0,7% face ao período homólogo, mantendo-se a tendência iniciada no segundo trimestre de 2015 e que veio interromper a série de diminuições homólogas consecutivas que já se registavam desde o quarto trimestre de 2013. Na região, a maioria das classes de despesa acompanhou esta tendência de crescimento dos preços, destacando-se com os maiores aumentos o “vestuário e calçado” (3,0%) e as “comunicações” (2,2%). Apenas quatro classes de despesa registaram variações negativas face a igual período do ano anterior, destacando-se a “saúde” (-1,0%) e os “transportes” (-0,9%).

# 7,7%

foi o crescimento homólogo  
real das compras em  
terminais de pagamento  
automático

Quadro 11 – Preços		3T16	2T16	1T16	4T15	3T15	2015	2014	
								média trimestral	
Índice de Preços no Consumidor – IPC									
Portugal	v. h. (%)	0,7	0,5	0,5	0,6	0,8	0,5	-0,3	
Centro	v. h. (%)	0,7	0,4	0,4	0,4	0,6	0,3	-0,3	
Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas	v. h. (%)	1,4	0,2	-0,5	0,5	2,0	1,2	-1,2	
Bebidas alcoólicas e tabaco	v. h. (%)	1,5	2,1	3,8	3,9	4,3	4,0	3,0	
Vestuário e calçado	v. h. (%)	3,0	1,3	-0,6	-2,5	-2,0	-1,6	0,1	
Habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis	v. h. (%)	-0,1	0,2	0,2	-0,7	-0,8	-0,5	1,2	
Acessórios, equipamento doméstico e manutenção corrente da habitação	v. h. (%)	-0,3	0,7	1,0	0,2	0,9	0,7	-0,2	
Saúde	v. h. (%)	-1,0	-1,1	-0,3	0,1	0,4	0,4	0,8	
Transportes	v. h. (%)	-0,9	-1,5	-1,4	-0,6	-2,0	-1,7	-1,6	
Comunicações	v. h. (%)	2,2	2,7	4,5	4,8	4,9	4,0	1,1	
Lazer, recreação e cultura	v. h. (%)	0,4	1,1	1,9	0,6	-0,3	-0,7	-1,5	
Educação	v. h. (%)	0,4	0,4	0,4	0,4	0,8	0,7	0,8	
Restaurantes e hotéis	v. h. (%)	1,6	1,2	0,5	1,0	1,7	1,1	0,3	
Bens e serviços diversos	v. h. (%)	1,0	1,0	1,6	2,1	1,0	0,7	-0,5	

Quanto aos indicadores que pretendem aferir o consumo privado assistiu-se, na região e no país, ao aumento homólogo das importações de bens de consumo, dos empréstimos concedidos para consumo, dos levantamentos e pagamentos em caixas multibanco e das compras em terminais de pagamento automático, apontando estas evoluções para uma recuperação do consumo privado. O crédito para consumo, que no trimestre anterior tinha finalmente aumentado em termos homólogos reais, infletindo a tendência de quebra que se registava desde o terceiro trimestre de 2010, acelerou ligeiramente neste trimestre, registando uma variação homóloga real de 0,9%. O peso do crédito para consumo vencido voltou a diminuir face ao período homólogo, cifrando-se nos 12,9% no Centro e nos 14,1% no país, começando, aos poucos, a distanciar-se dos valores máximos atingidos no passado (13,6% e 14,9%, respetivamente).

Neste trimestre, dos indicadores analisados representativos do consumo privado, apenas as receitas de cinema registaram, uma evolução desfavorável, tendo sofrido uma quebra homóloga real de 5,5% na Região Centro e de 1,0% em Portugal.

Quadro 12 – Consumo Privado		3T16	2T16	1T16	4T15	3T15	2015	2014	
		média trimestral							
Entradas intracomunitárias de bens de consumo <sup>+</sup>									
Portugal	v. h. real (%)	8,1	12,2	10,7	9,7	13,6	12,5	8,0	
Centro	v. h. real (%)	11,9	14,3	11,3	5,1	17,2	10,5	-15,3	
Receitas de cinema <sup>**</sup>									
Portugal	v. h. real (%)	-1,0	-15,7	18,7	6,6	32,7	19,0	-4,0	
Centro	v. h. real (%)	-5,5	-21,2	20,1	7,8	46,5	26,4	-3,9	
Empréstimos concedidos para consumo e outros fins <sup>***</sup>									
Portugal	v. h. real (%)	0,2	-0,8	-1,7	-1,2	-2,7	-4,9	-8,6	
Centro	v. h. real (%)	0,9	0,1	-0,9	-0,8	-2,5	-4,7	-8,8	
Crédito vencido para consumo e outros fins <sup>***</sup> (em percentagem do crédito concedido)									
Portugal	%	14,1	14,3	14,2	14,1	14,8	14,6	14,0	
Centro	%	12,9	12,9	13,0	12,9	13,3	13,2	13,3	
Levantamentos em caixas automáticos									
Portugal	v. h. real (%)	1,6	0,9	1,5	0,5	0,0	0,7	1,4	
Centro	v. h. real (%)	2,5	0,9	1,6	0,8	0,2	0,8	1,0	
Pagamentos em caixas automáticos									
Portugal	v. h. real (%)	0,5	3,7	0,3	3,1	2,6	3,6	3,9	
Centro	v. h. real (%)	0,3	3,4	0,9	2,9	2,7	3,2	3,6	
Compras em terminais de pagamento automático									
Portugal	v. h. real (%)	8,4	7,3	7,3	3,3	7,4	6,9	7,2	
Centro	v. h. real (%)	7,7	6,3	7,2	2,2	5,9	5,3	6,5	

<sup>+</sup> A distribuição regional das importações intracomunitárias tem por base o critério de destino das mercadorias. Os valores de 2014 são definitivos, os de 2015 provisórios e os de 2016 são preliminares sendo revistos trimestralmente. Estes dados foram deflacionados com informação de Contas Nacionais disponibilizada pelo INE na base 2011.

<sup>\*\*</sup> Os dados de 2016 das receitas de cinema são provisórios.

<sup>\*\*\*</sup> Créditos concedidos ao setor institucional das famílias que inclui empresários em nome individual e outras pessoas singulares. Excluem-se os empréstimos destinados à habitação.

## POLÍTICAS PÚBLICAS NO CENTRO

No Centro 2020, no final de setembro estavam já aprovados 1.790 projetos prevendo um investimento na região de 751 milhões de euros e envolvendo 381 milhões de euros de fundos comunitários FEDER e FSE. Para além deste volume de aprovações do programa regional, nos quatro Programas Operacionais Temáticos foram aprovados mais de mil milhões de euros de fundos comunitários referentes a projetos na Região Centro.

# 1.790

*operações aprovadas e*

# 381

*milhões de euros de fundos comunitários aprovados no Centro 2020 no final de setembro de 2016*

Portugal apresenta uma grande disparidade regional, em termos de desenvolvimento económico e social. Tomando como referência o PIB per capita em relação à média da União Europeia, as regiões portuguesas NUTS II encontram-se distribuídas, em termos de elegibilidade para os cinco fundos europeus estruturais e de investimento (FEDER, Fundo de Coesão, FSE, FEADER e FEAMP), em regiões menos desenvolvidas quando esse valor é inferior a 75% da média da União Europeia (Norte, Centro, Alentejo e Açores); região em transição (Algarve) e regiões desenvolvidas (Lisboa e Madeira).

O Portugal 2020 consiste no acordo de parceria adotado entre Portugal e a Comissão Europeia, que reúne a atuação dos cinco fundos e no qual se definem os princípios de programação que consagram a política de desenvolvimento económico, social e territorial para promover, em Portugal, entre 2014 e 2020. Estes princípios de programação estão alinhados com o crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, prosseguindo a estratégia Europa 2020. O Portugal 2020 será operacionalizado através de 16 Programas Operacionais a que acrescem, tal como no período anterior, os programas de cooperação territorial nos quais Portugal participará a par com outros estados membros: os quatro Programas Operacionais Temáticos do Continente (competitividade e internacionalização; inclusão social e emprego; capital humano e sustentabilidade e eficiência no uso dos recursos); os sete Programas Operacionais Regionais do Continente e das Regiões Autónomas (Norte, Centro, Lisboa, Alentejo, Algarve, Açores e Madeira), três Programas de Desenvolvimento Rural (um para o Continente e dois para as regiões autónomas), um Programa para o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas e ainda um Programa Operacional de Assistência Técnica.

A dotação do Portugal 2020 para o período de programação 2014-2020 é 25 mil milhões de euros, destinada a estimular o crescimento e a criação de emprego. Esta dotação corresponde ao conjunto dos fundos que são atribuídos no âmbito dos 16 Programas Operacionais (temáticos e regionais). No caso dos beneficiários da Região Centro, estes poderão beneficiar da dotação global do Programa Operacional Regional Centro 2020 (2.155 milhões de euros, repartidos em 1.751,5 milhões de euros de FEDER e 403,5 milhões de euros de FSE) e ainda de concursos abertos no âmbito dos Programas Operacionais Temáticos.

### Centro 2020

No Centro 2020, tem havido uma procura significativa, tendo sido apresentadas 5.649 candidaturas até ao final de setembro de 2016. Destas, foram aprovadas 1.790, que no seu conjunto preveem um investimento total na região de 750,7 milhões de euros e uma comparticipação financeira de 380,7 milhões de euros de fundos comunitários FEDER e FSE. Em termos médios, cada projeto aprovado no programa operacional regional envolve um investimento de 419 mil euros e uma cofinanciamento de 213 mil euros de fundos comunitários.

Quadro 13 - Monitorização do Centro 2020: Aprovações (valores acumulados)

Concursos e Operações aprovadas		setembro 2016	junho 2016	março 2016	dezembro 2015
Concursos/períodos de candidatura					
Total	número	107	93	68	53
Fundo comunitário	milhões €	971,9	922,2	530,5	283,0
	% da dotação de fundo	45,1	42,8	24,6	13,1
Em aberto	número	25	21	10	9
Fundo comunitário	milhões €	456,1	492,5	189,7	39,0
Encerrados	número	82	72	58	44
Fundo comunitário	milhões €	515,8	429,8	340,8	244,0
Candidaturas apresentadas					
Total	número	5.649	4.975	3.768	3.268
Investimento total previsto	milhões €	2.331,8	1.934,5	1.351,1	996,5
Operações aprovadas					
Total	número	1.790	1.542	1.229	936
Investimento total	milhões €	750,7	543,3	364,5	292,6
Investimento elegível	milhões €	631,2	444,8	289,3	234,9
Fundo comunitário	milhões €	380,7	264,0	164,1	138,0

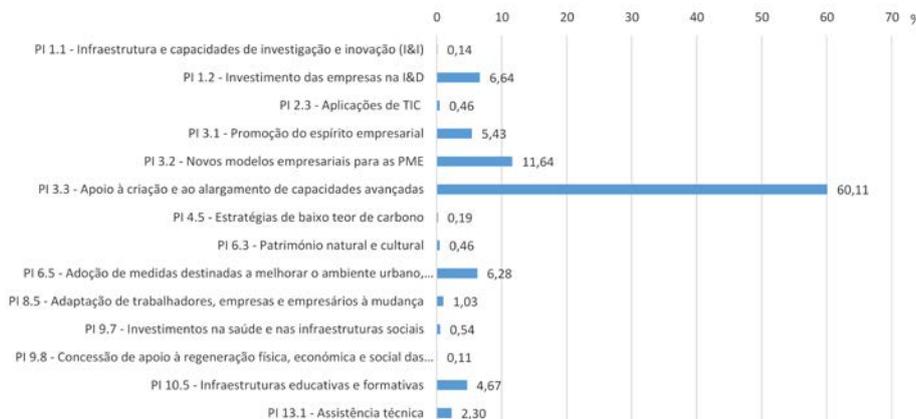
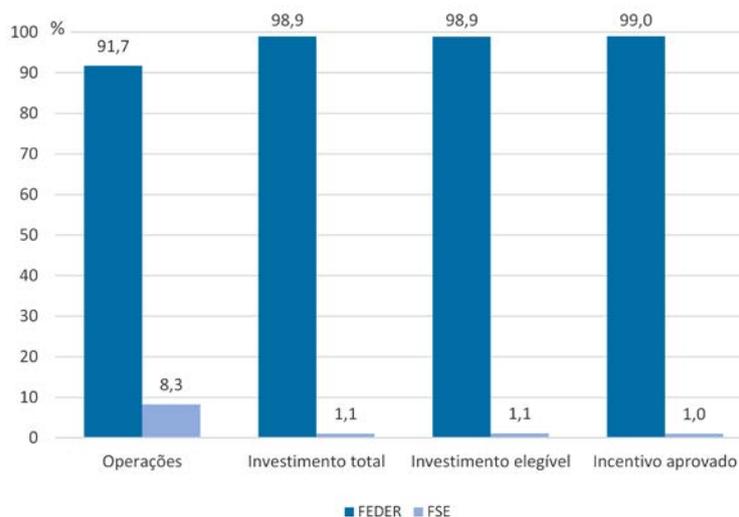
O volume de investimento submetido a concurso está muito relacionado com o apoio ao investimento empresarial, no domínio da competitividade e internacionalização, dada a situação económica do país e os objetivos estipulados para estimular o investimento produtivo gerador de emprego. De facto, cerca de 92% das candidaturas e 81% de fundos comunitários aprovados no Centro 2020 respeitam a Sistemas de Incentivos, o que corresponde a 1.641 projetos aprovados neste âmbito. Das restantes 149 operações aprovadas de outras prioridades de investimento destacam-se os investimentos em infraestruturas escolares de ensino básico e secundário (PI 10.5), as operações de regeneração urbana (PI 6.5) e os planos de empreendedorismo qualificado que não são promovidos por empresas mas antes por associações empresariais, entidades do sistema científico ou tecnológico ou comunidades intermunicipais (PI 3.1).

Cerca de 60% do valor de fundos comunitários aprovados no Centro 2020 respeita à PI 3.3 destinada à concessão de apoio à criação e ao alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços. É, no entanto, de referir que uma parte importante do valor de incentivo aprovado nesta PI (50 milhões de euros) está afeto a Instrumentos Financeiros, correspondendo ao valor contratualizado, até esta data, entre o Centro 2020 e a Instituição Financeira de Desenvolvimento, S.A. (IFD). A IFD foi criada para a gestão de instrumentos financeiros dirigidos ao apoio à economia e ao estímulo e orientação do investimento empresarial e à criação de emprego, assumindo-se essencialmente como operador grossista.

A estrutura dos fundos a serem geridos durante o atual período de programação no Centro 2020 corresponde a 81% de FEDER e 19% de FSE. Até ao final de setembro, embora a maioria das aprovações tenha cofinanciamento FEDER, estavam aprovados 148 projetos com participação de FSE (3,9 milhões de euros, que corresponde a cerca de 1% da dotação aprovada até à data). São projetos empresariais destinados a promover a adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança (1,4 milhões de euros) e projetos de contratação de emprego altamente qualificado nas empresas (2,5 milhões de euros).

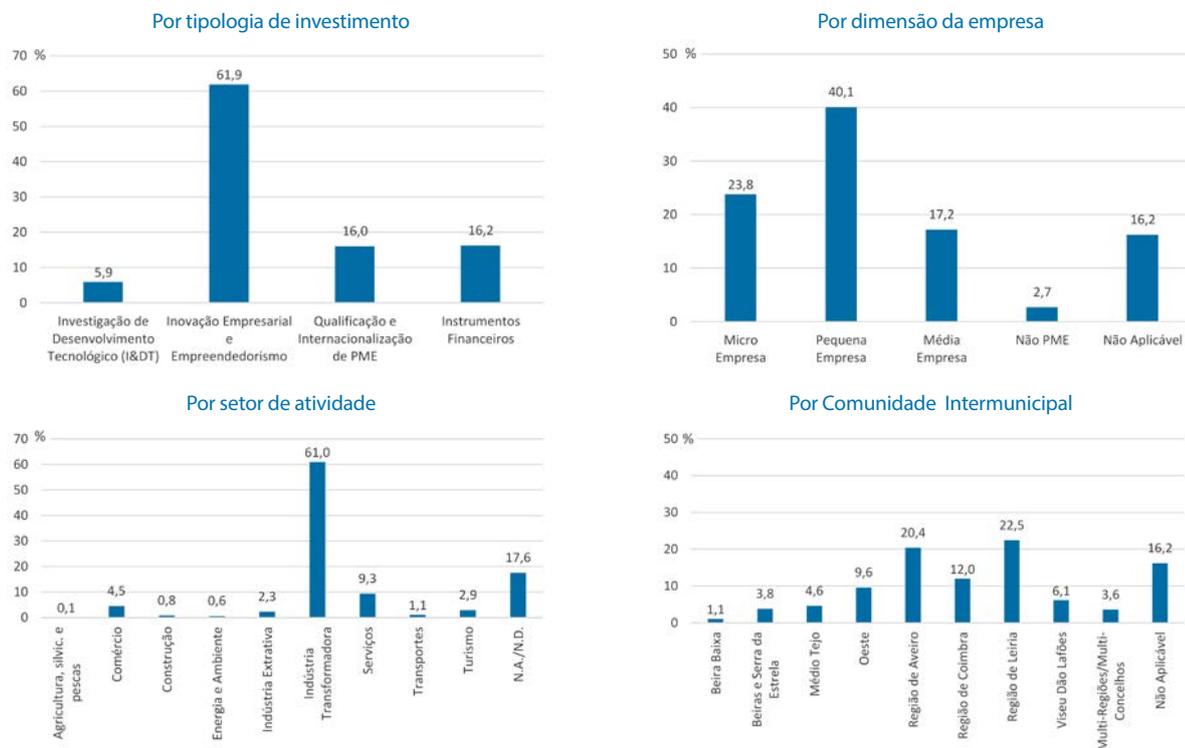
Quadro 14 - Aprovações no Centro 2020 por Prioridade de Investimento e Tipologia de projeto/operação (30 de setembro de 2016)

Prioridade de investimento	Tipologia de projeto/operação	Operações	Investimento total	Investimento elegível	Apoio aprovado
		N.º	Milhares de euros		
PI 1.1 - Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação	Propriedade Industrial	12	647	645	548
PI 1.2 - Promoção do investimento das empresas na I&D, o desenvolvimento de ligações e sinergias entre empresas, centros de investigação e desenvolvimento e o setor do ensino superior	I&DT - Copromoção	23	14.670	14.399	10.391
	I&DT - Vale I&D	88	1.699	1.699	1.274
	I&DT - Individuais	18	9.401	7.853	5.270
	I&DT - Internacionalização	1	22	14	7
	I&DT - Propriedade Industrial	2	212	193	96
	I&DT - Demonstradores Copromoção	1	438	403	261
	I&DT - Demonstradores Individuais	3	1.293	1.291	807
	Inovação - Produtiva não PME	9	17.525	15.560	7.175
PI 2.3 - Reforço das aplicações de TIC para a administração em linha, a aprendizagem em linha, a infoinclusão, a cultura em linha e a saúde em linha	Promoção das TIC na administração e serviços públicos	6	3.020	2.080	1.768
PI 3.1 - Promoção do espírito empresarial (...), criação de novas empresas, inclusive através de incubadoras de empresas	Inovação - Empreendedorismo	18	15.730	12.406	9.197
	Inovação - Vale Empreendedorismo	219	3.951	3.951	2.963
	Empreendedorismo Qualificado	30	12.596	10.016	8.514
PI 3.2 - Desenvolvimento e a aplicação de novos modelos empresariais para as PME, especialmente no que respeita à internacionalização	QI PME - Internacionalização	264	127.886	83.235	37.283
	QI PME - Vale Internacionalização	188	3.629	3.629	2.722
	Internacionalização das PME	15	6.297	5.075	4.314
PI 3.3 - Concessão de apoio à criação e ao alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços	Instrumentos Financeiros	2	88.571	88.571	50.000
	Inovação - Produtiva PME	240	303.715	273.921	169.837
	QI PME - Qualificação	58	30.103	8.673	3.903
	QI PME - Vale Inovação	379	6.798	6.798	5.099
PI 4.5 - Promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios	Mobilidade Urbana Sustentável	8	890	858	729
PI 6.3 - Conservação, proteção, promoção e o desenvolvimento do património natural e cultural	Património natural e cultural	2	2.042	2.042	1.736
PI 6.5 - Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, revitalizar cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas	Reabilitação urbana	16	10.283	9.730	8.271
	Instrumentos Financeiros	2	36.402	36.200	15.639
PI 8.5 - Adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança	Inovação - Empreendedorismo	2	20	20	14
	Inovação - Produtiva	66	1.909	1.647	1.070
	QI PME - Individuais	48	637	507	354
PI 9.7 - Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais	Emprego altamente qualificado nas empresas	32	5.413	4.989	2.488
	Infraestruturas e equipamentos sociais e de saúde	4	2.729	2.405	2.044
PI 9.8 - Concessão de apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais	Instrumentos financeiros	1	948	943	407
PI 10.5 - Desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas	Infraestruturas de ensino básico e secundário	20	28.241	20.929	17.790
PI 13.1 - Assistência técnica	Assistência técnica	13	13.415	10.528	8.740
<b>TOTAL CENTRO 2020</b>		<b>1.790</b>	<b>751.131</b>	<b>631.212</b>	<b>380.713</b>

Fundo comunitário atribuído às operações aprovadas no âmbito do Centro 2020,  
por Prioridade de Investimento (30 de setembro de 2016)Fundo comunitário atribuído às operações aprovadas no âmbito do Centro 2020,  
por Tipologia de Fundo (30 de setembro de 2016)

No que respeita apenas aos Sistemas de Incentivos, estavam aprovados 308,3 milhões de euros de incentivos, a que correspondem 525,4 milhões de euros de investimento elegível. Deste valor de fundo comunitário, a maior percentagem refere-se a aprovações no âmbito da Inovação Empresarial e Empreendedorismo enquanto apenas 5,9% diz respeito a projetos de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico. Grande parte do volume de aprovações em Sistemas de Incentivos são dirigidos a pequenas empresas (40,1%) e ao setor de atividade Indústria Transformadora (61,0%). Relativamente à distribuição territorial dos fundos comunitários aprovados no Centro 2020, os maiores valores respeitam a projetos localizados na Região de Leiria e na Região de Aveiro. Os valores mais baixos foram registados nas CIM do interior, o que se justifica dado que a maioria dos avisos de concurso já abertos respeitam a apoios às empresas e que nestes territórios a densidade empresarial é mais baixa. No entanto, é de referir que os territórios de baixa densidade tiveram também avisos próprios neste âmbito ou majoração das taxas de cofinanciamento.

Distribuição do fundo comunitário atribuído às operações aprovadas  
no âmbito dos Sistemas de Incentivos do Centro 2020 (30 de setembro de 2016)



Nesta fase, a gestão do Portugal 2020 está muito focada nos avisos e nas aprovações dos projetos, havendo, no entanto, um esforço para que a execução seja acelerada. Existem nomeadamente em curso e já com resultados várias iniciativas do programa Acelerador de Investimento para antecipar e acelerar a execução dos projetos e, consequentemente, do investimento privado e público no país.

Estão validados 46,8 milhões de euros de despesa de fundos comunitários, o que corresponde, no entanto, a uma taxa de execução de apenas 2,2%.

O fundo transferido para os beneficiários a título de pagamentos foi de 57 milhões de euros, sendo assim superior à despesa já validada dados os adiantamentos, resultando numa taxa de pagamento (relação entre o fundo pago e o fundo aprovado) de 15,0% e numa taxa de reembolso (relação entre o fundo pago e o fundo validado) superior a 100 (121,8%).

Quadro 15 - Monitorização do Centro 2020: Execução (valores acumulados)

Execução e Indicadores financeiros		setembro 2016	junho 2016
Execução financeira			
Despesa validada			
Investimento (custo) elegível	milhares €	64.732	26.656
Fundos comunitários	milhares €	46.814	17.561
Pagamentos aos beneficiários	milhares €	57.011	30.643
Indicadores financeiros			
Taxa de compromisso (fundo aprovado / fundo programado)	%	17,7	12,3
Taxa de execução (fundo validado / fundo programado)	%	2,2	0,8
Taxa de realização (fundo validado / fundo aprovado)	%	12,3	6,7
Taxa de pagamento (pagamentos aos beneficiários / fundo aprovado)	%	15,0	11,6
Taxa de reembolso (pagamentos aos beneficiários / fundo validado)	%	121,8	174,5

## Portugal 2020 no Centro

No final de setembro, estavam aprovados mais de mil milhões de euros de fundos comunitários, no âmbito dos quatro Programas Operacionais Temáticos do Portugal 2020 na Região Centro: PO CI, PO CH, PO ISE e PO SEUR.

Relativamente às empresas, para além do Centro 2020, os promotores empresariais da Região Centro poderão também candidatar os seus projetos ao programa operacional Compete 2020. Até ao final de setembro de 2016 estavam aprovados no Compete 2020, na Região Centro, 618 projetos de empresas na Região Centro, a que correspondia uma comparticipação de fundo comunitário de 577,8 milhões de euros e um investimento elegível previsto de 1.049 milhões de euros.

Quadro 16 - Aprovações no Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (PO CI) por Prioridade de investimento, Tipologia de investimento e Tipologia de projeto/operação, na Região Centro (30 de setembro de 2016)\*

Prioridade de investimento	Tipologia de projeto/ operação	Tipologia de projeto/ operação	Operações	Investimento total	Investimento elegível	Apoio aprovado
			N.º	Milhares de euros		
PI 1.2 - A promoção do investimento das empresas em investigação e inovação, o desenvolvimento de ligações e sinergias entre empresas, centros de investigação e desenvolvimento e o setor do ensino superior	Investigação de Desenvolvimento Tecnológico (I&DT)	I&DT - Copromoção	104	103.710	100.788	65.184
		I&DT - Demonstradores Copromoção	11	7.072	6.611	3.771
		I&DT - Demonstradores Individuais	1	171	167	100
		I&DT - Individuais	20	18.460	14.946	8.613
		I&DT - Núcleos	1	262	191	96
		I&DT - Propriedade Industrial	2	195	195	98
		I&DT - Vale I&D	32	618	618	463
	Inovação Empresarial e Empreendedorismo	Inovação - Produtiva Não PME	16	112.611	99.567	44.418
		Inovação - Regime Contratual de Investimento	3	85.754	84.252	21.253
PI 3.1 - Promoção do espírito empresarial facilitando nomeadamente o apoio à exploração económica de novas ideias e incentivando a criação de novas empresas, designadamente através de viveiros de empresas e ações coletivas	Inovação Empresarial e Empreendedorismo	Inovação - Empreendedorismo	0	0	0	0
		Inovação - Vale Empreendedorismo	0	0	0	0
PI 3.2 - Desenvolvimento e a aplicação de novos modelos empresariais para as PME, especialmente no que respeita à internacionalização	Qualificação e Internacionalização de PME	QI PME - Conjuntos Internacionalização	44	151.491	137.011	73.882
		QI PME - Internacionalização	173	86.927	68.464	30.878
		QI PME - Vale Internacionalização	8	150	150	113
PI 3.3 - Concessão de apoio à criação e ao alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços	Inovação Empresarial e Empreendedorismo	Inovação - Produtiva PME	83	541.775	497.755	309.155
		QI PME - Conjuntos Qualificação	24	27.011	25.186	13.572
	Qualificação e Internacionalização de PME	QI PME - Qualificação	45	18.841	12.112	5.495
		QI PME - Vale Inovação	51	950	950	712
<b>TOTAL PO CI no Centro*</b>			<b>618</b>	<b>1.155.999</b>	<b>1.048.964</b>	<b>577.803</b>

\* apenas projetos com localização definida, não incluindo os projetos multi-regionais.

Relativamente à tipologia de investimento, em termos de número de candidaturas aprovadas, a maioria dos projetos respeitam a operações de qualificação e internacionalização enquanto o maior valor de fundo aprovado destina-se a projetos de inovação nas empresas e de incorporação de fatores imateriais de competitividade. São projetos que envolvem valores médios de investimento e de fundo comunitário aprovado mais elevados. De facto, cerca de metade dos fundos comunitários aprovados no Compete 2020 na Região Centro referem-se a projetos de inovação produtiva no âmbito desta tipologia e que envolvem em média 3,7 milhões de euros de cofinanciamento por projeto.

Incentivos às empresas no âmbito do Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (PO CI) – Compete 2020 na Região Centro (30 de setembro de 2016)



A competitividade está muito associada ao capital humano disponível. Assim, o investimento que é feito nesta área é da maior importância estratégica para o país e para as regiões, pois o seu retorno permite corrigir desequilíbrios estruturais que ainda persistem ao nível das desigualdades sociais e do desenvolvimento económico, influenciando fortemente a escolarização da população, a produtividade dos recursos humanos e a própria especialização da economia.

Apenas existe informação disponível de PO CH até 31 de dezembro de 2015. Assim, até esta data, estavam aprovados 190 milhões de euros de FSE, por este Programa Operacional, destinados ao cofinanciamento de 45 milhões de horas de formação e envolvendo cerca de 48 mil participantes em ações.

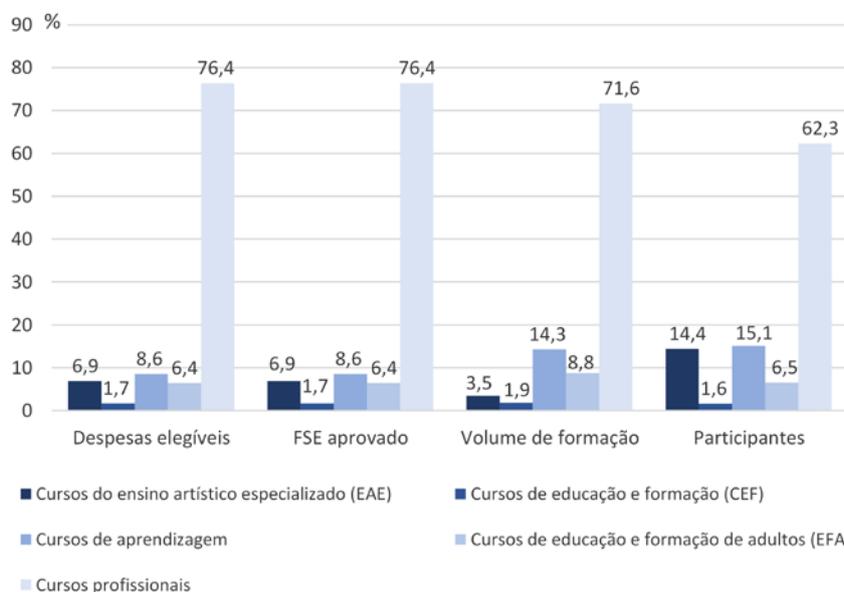
Quadro 17 - Aprovações no Programa Operacional Capital Humano (PO CH) por Prioridade de investimento e Tipologia de operação, na Região Centro (31 de dezembro de 2015)\*

Prioridade de investimento	Tipologia de operação	Despesas elegíveis	FSE aprovado	Volume de formação	Participantes
		Milhares de euros		Horas	N.º
PI 10.1 - Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino pré-escolar, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais e não formais para a reintegração no ensino e na formação	Cursos do ensino artístico especializado (EAE)	15 428	13 090	1 542 942	6 881
	Cursos de educação e formação (CEF)	3 833	3 258	833 849	771
PI 10.3 - Melhoria da igualdade de acesso à aprendizagem ao longo da vida, para todas as faixas etárias em contextos formais, não formais e informais, atualização do conhecimento, das aptidões e das competências dos trabalhadores e promoção de percursos de aprendizagem flexíveis, inclusive através da orientação profissional e da validação das competências adquiridas	Cursos de aprendizagem	19 258	16 370	6 383 664	7 226
	Cursos de educação e formação de adultos (EFA)	14 373	12 217	3 925 006	3 124
PI 10.4 - Melhoria da pertinência do ensino e da formação ministrados para o mercado de trabalho, facilitando a transição da educação para o trabalho e reforço dos sistemas de ensino e formação profissionais e da sua qualidade, inclusive através de mecanismos de antecipação de competências, adaptação dos currículos e criação e desenvolvimento de sistemas de ensino baseados no trabalho, nomeadamente sistemas de ensino dual e de aprendizagem	Cursos profissionais	171 054	145 310	31 998 936	29 725
<b>TOTAL PO CH no Centro*</b>		<b>223 947</b>	<b>190 244</b>	<b>44 684 397</b>	<b>47 727</b>

\* apenas projetos com localização definida, não incluindo os projetos multi-regionais.

Cerca de três quartos do valor aprovado destina-se a cofinanciar cursos profissionais que visam a melhoria da pertinência do ensino e da formação ministrando para o mercado de trabalho e facilitando a transição da educação para o trabalho. Já no QREN eram os cursos profissionais que absorvem maior valor de fundo comunitário. De entre as restantes ações, a que envolve maior valor de FSE, maior volume de formação e de participantes é a que respeita aos cursos de aprendizagem ao longo da vida, visando a atualização do conhecimento, das aptidões e das competências dos trabalhadores.

FSE aprovado no âmbito do Programa Operacional Capital Humano (PO CH) na Região Centro (31 de dezembro de 2015)



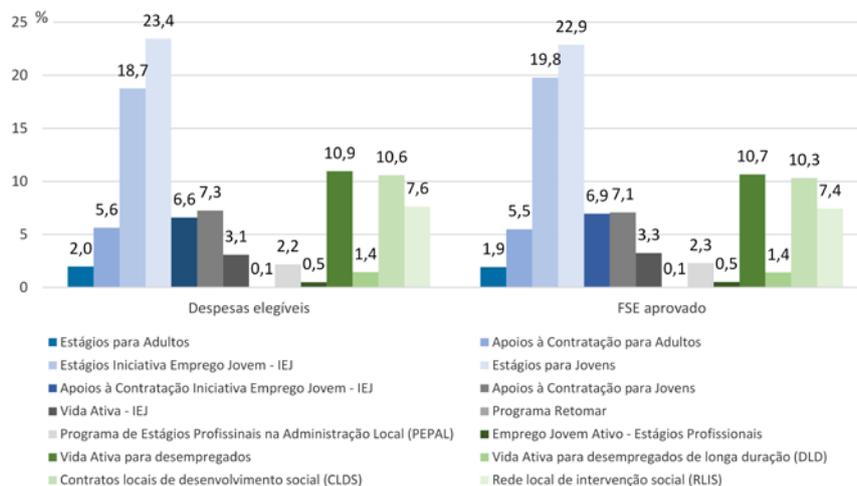
Como é referido no texto do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (PO ISE), este surge no contexto de crise económica e social que Portugal tem vindo a enfrentar nos últimos anos e que coloca “desafios acrescidos às intervenções públicas nos domínios do combate à pobreza, da promoção da inclusão social e do emprego, não só no curto mas também no médio prazo. Neste âmbito, tem vindo a assistir-se a um aumento da exposição dos agregados familiares a situações de risco de pobreza e/ou exclusão social, decorrente, em primeira instância, de uma menor participação no mercado de trabalho, resultante do aumento do desemprego e da sua duração. De facto, o acréscimo do desemprego, tanto na sua componente conjuntural como estrutural, conjugado com os baixos níveis de educação e qualificação certificada da população, tem conduzido a uma maior fragilização de vários segmentos sociais e do desenvolvimento económico, influenciando fortemente a escolarização da população, da sociedade portuguesa. Portugal continua, assim, a apresentar elevados níveis de pobreza monetária e de exclusão social”.

No PO ISE, até 30 de setembro de 2016, estavam já aprovados 180,7 milhões de euros de FSE destinados ao cofinanciamento de ações para a promoção da Iniciativa Emprego Jovem (estágios e apoios à contratação, dos estágios profissionais e dos estágios para jovens e para adultos); da adaptabilidade dos trabalhadores; da Inclusão ativa (destinados a desempregados de longa duração e a Contratos Locais de Desenvolvimento Local) e da Rede Local de Intervenção Social. Uma parte relevante do valor aprovado respeita aos projetos da Iniciativa Emprego Jovem, no âmbito de estágios, de apoios à contratação e de inserção na vida ativa, que visam a integração sustentável no mercado laboral dos jovens, em especial os que não trabalham, não estudam, nem se encontram em formação, incluindo os jovens em risco de exclusão social e de comunidades marginalizadas, nomeadamente através da concretização da Garantia para a Juventude. Destinado aos jovens, acresce ainda o valor de fundo aprovado para outras tipologias de estágios.

Quadro 18 - Aprovações no Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (PO ISE) por Prioridade de investimento e Tipologia de operação, na Região Centro (30 de setembro de 2016)\*

Prioridade de investimento	Tipologia de operação	Despesas elegíveis	FSE aprovado
		Milhares de euros	
PI 8.1 - Acesso ao emprego pelos candidatos a emprego e os inativos	Estágios para Adultos	4.069	3.458
	Vida Ativa para Desempregados	11.668	9.918
PI 8.2 - Integração sustentável no mercado laboral dos jovens, em especial os que não trabalham, não estudam, nem se encontram em formação, incluindo os jovens em risco de exclusão social e de comunidades marginalizadas	Estágios Iniciativa Emprego Jovem - IEJ	38.850	35.742
	Estágios para Jovens	48.589	41.301
	Apoios à Contratação Iniciativa Emprego Jovem - IEJ	13.642	12.550
	Apoios à Contratação para Jovens	15.031	12.776
	Vida Ativa - IEJ	6.387	5.876
	Programa Retomar	119	109
	Programa de Estágios Profissionais na Administração Local (PEPAL)	4.498	4.138
	Emprego Jovem Ativo - Estágios Profissionais	1.021	939
PI 8.5 - Adaptabilidade dos trabalhadores	Vida Ativa para desempregados	22.683	19.281
PI 9.1 - Inclusão ativa	Vida Ativa para desempregados de longa duração (DLD)	2.971	2.525
	Contratos locais de desenvolvimento social (CLDS)	21.940	18.649
PI 9.4 - Melhoria do acesso a serviços sustentáveis	Rede local de intervenção social (RLIS)	15.783	13.416
<b>TOTAL PO ISE no Centro*</b>		<b>207.251</b>	<b>180.679</b>

\* apenas projetos com localização definida, não incluindo os projetos multi-regionais.

FSE aprovado no âmbito do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (PO ISE) na Região Centro  
(30 de junho de 2016)

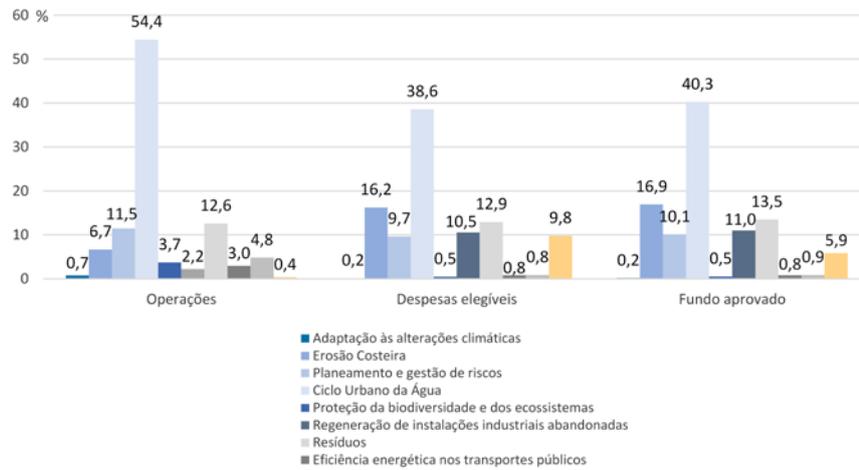
Para a área da sustentabilidade e eficiência no uso dos recursos (PO SEUR), até 30 de setembro de 2016, estavam aprovados 270 projetos que envolviam 136,5 milhões de euros de fundo comunitário aprovado. Cerca de 40% do valor de fundo comunitário aprovado respeita a projetos do ciclo urbano da água, na sua maioria para a concretização e remodelação de ETAR. Do volume de aprovações, 17% respeita a projetos de prevenção da erosão costeira, mais concretamente dois projetos para redução da erosão costeira do “Sitio” da Barrinha de Esmoriz e zona envolvente e seu desassoreamento com transposição de sedimentos para o litoral promovido pela Polis Litoral Ria de Aveiro; quatro operações relativas ao desassoreamento da zona superior da Lagoa de Óbidos; onze operações para proteção do litoral entre as praias do Furadouro e Vieira, ambas promovidas pela Agência Portuguesa do Ambiente e ainda uma operação de proteção costeira da Praia da Formosa e Praia Azul do município de Torres Vedras.

Quadro 19 - Aprovações no Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (PO SEUR) por Eixo prioritário e Categoria de intervenção, na Região Centro (30 de setembro de 2016)\*

Eixo prioritário	Categoria de intervenção	Operações	Despesas elegíveis	Fundo aprovado
		N.º	Milhares de euros	
Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos	Adaptação às alterações climáticas	2	256	218
	Erosão Costeira	18	27.196	23.117
	Planeamento e gestão de riscos	31	16.173	13.747
Proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos	Ciclo Urbano da Água	147	64.665	54.965
	Proteção da biodiversidade e dos ecossistemas	10	825	701
	Regeneração de instalações industriais abandonadas	6	17.657	15.008
	Resíduos	34	21.667	18.417
Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os setores	Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas (IFFRU)	1	16.400	8.000
	Eficiência energética nos transportes públicos	8	1.337	1.137
	Mobilidade urbana sustentável	13	1.415	1.203
<b>TOTAL PO SEUR no Centro*</b>		<b>270</b>	<b>167.591</b>	<b>136.513</b>

\* apenas projetos com localização definida, não incluindo os projetos multi-regionais.

Fundo comunitário aprovado no âmbito do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (PO SEUR) na Região Centro (30 de setembro de 2016)



# FONTES

## Enquadramento Nacional

- INE - Contas Nacionais Trimestrais (Base 2006)
- Inquérito ao Emprego
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)
- Inquérito de Conjuntura aos Consumidores (Base 2008)
- Inquéritos Qualitativos de Conjuntura

## Mercado de Trabalho

- INE - Inquérito ao Emprego (Base 1998 e Base 2011)
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)
- Índice de Custo do Trabalho (Base 2008)

## Desemprego Registrado

- IEFP - Desemprego registado por concelho – Estatísticas Mensais
- INE - Estimativas Anuais da População Residente

## Empresas

### Banco de Portugal

- Empréstimos concedidos a sociedades não financeiras
- Rácios de crédito vencido das sociedades não financeiras

INE - Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)

### IGNIOS - Gestão Integrada de Risco, S.A.

- Empresas constituídas
- Ações de insolvência

## Comércio Internacional de Bens

- INE - Contas Nacionais Trimestrais (Base 2006)
- Entradas e saídas de mercadorias por secção da nomenclatura combinada, tipo de comércio e NUTS II

### Secções seleccionadas:

- I – Animais vivos e produtos do reino animal
- IV – Produtos das indústrias alimentares; bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres; tabaco e seus sucedâneos manufaturados
- VI – Produtos das indústrias químicas ou das indústrias conexas
- VII – Plástico e suas obras; borracha e suas obras
- IX – Madeira, carvão vegetal e obras de madeira; cortiça e suas obras; obras de espartaria ou de cestaria
- X – Pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas; papel ou cartão para reciclar (desperdícios e aparas); papel e suas obras
- XI – Matérias têxteis e suas obras
- XIII – Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica ou de matérias semelhantes; produtos cerâmicos; vidro e suas obras
- XV – Metais comuns e suas obras
- XVI – Máquinas e aparelhos, material elétrico, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios
- XVII – Material de transporte

## Turismo

- INE - Inquérito à Permanência de Hóspedes e outros dados na Hotelaria
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)

## Construção e Habitação

- INE - Inquérito aos Projectos de Obras de Edificação e de Demolição de Edifícios
- Estatísticas das Obras Concluídas
- Inquérito à Avaliação Bancária na Habitação
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)

### Banco de Portugal

- Empréstimos concedidos a famílias para habitação
- Rácios de crédito vencido das famílias – habitação

## Preços e Consumo Privado

- INE - Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)
- Entradas intracomunitárias de mercadorias por Classificação por Grandes Categorias Económicas (CGCE) e tipo de comércio
- Contas Nacionais Trimestrais (Base 2006)
- ICA – Instituto do Cinema e do Audiovisual
- Receitas de cinema
- SIBS - Área de Estatísticas do Grupo SIBS
- Transações realizadas em Caixas Automáticas por município
- Transações realizadas em Terminais de Pagamento Automático por município

### Banco de Portugal

- Empréstimos concedidos a famílias para consumo e outros fins
- Rácios de crédito vencido das famílias – consumo e outros fins

## Políticas Públicas no Centro

### Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P.

- Boletins Informativos dos Fundos da União Europeia n.º 4, n.º 5 e n.º 6

### Autoridade de Gestão do Centro 2020

### Sistemas de Incentivo - Compete 2020

A informação contida no “Centro de Portugal – Boletim Trimestral” do terceiro trimestre de 2016 foi recolhida até ao dia 14 de dezembro de 2016

